

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	87.925	81.913	595.732	999.832
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	86.266	98.427	358.847	365.642
Dividendo e juros sobre o capital próprio	11	134.011	172.184	99.882	98.747
Títulos e valores mobiliários	5.1	-	-	449.786	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.158	7.588	49.193	50.965
Outros tributos a compensar	7	13.213	17.022	67.968	90.233
Derivativos	31	33.919	105.824	33.919	105.824
Ativo contratual	9	-	-	24.387	-
Outros ativos	10	15.382	25.352	143.335	170.479
<b>Total do circulante</b>		<b>371.874</b>	<b>508.310</b>	<b>1.823.050</b>	<b>1.881.721</b>
<b>Não circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	29.703	28.430	179.913	187.256
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora		-	407.730	-	-
Depósitos judiciais	19	822	744	15.017	14.497
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	-	-	32.320	1.907
Outros tributos a compensar	7	-	-	6.388	6.343
Derivativos	31	21.291	19.174	21.291	19.174
Créditos fiscais diferidos	8	-	3.017	-	3.017
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	300.000	-	-
Outros ativos	10	894	1.693	647.997	809.984
Investimentos	11	3.918.457	3.471.079	997.997	980.362
Imobilizado	12	970.943	1.029.511	8.858.139	9.242.194
Ativo contratual	9	-	-	254.616	-
Intangível	13	87.331	97.163	2.597.441	2.765.181
<b>Total do não circulante</b>		<b>5.029.441</b>	<b>5.358.540</b>	<b>13.611.120</b>	<b>14.029.915</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.401.315</b>	<b>5.866.850</b>	<b>15.434.170</b>	<b>15.911.636</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	15.954	6.880	169.496	89.540
Empréstimos e financiamentos	15	174.627	625.417	582.009	1.104.284
Debêntures	16	164.560	266.033	482.939	716.319
Entidade de previdência privada	17	3.971	1.350	3.971	1.350
Taxas regulamentares		22.232	20.504	23.395	22.074
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	74.901	8.859	135.985	74.557
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	16.417	6.069	46.185	30.935
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	28	-	-	422.082	-
Dividendo e juros sobre capital próprio		53.937	173.536	66.412	203.682
Obrigações estimadas com pessoal		2.365	1.967	9.933	11.466
Derivativos	31	769	5.644	769	5.644
Provisões	19	-	-	24.485	22.489
Uso do bem público	20	-	-	11.771	11.570
Outras contas a pagar	21	6.035	3.901	298.813	317.871
<b>Total do circulante</b>		<b>535.767</b>	<b>1.120.159</b>	<b>2.278.244</b>	<b>2.611.780</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	14	-	-	104.206	113.853
Empréstimos e financiamentos	15	133.339	276.169	3.036.495	3.576.268
Debêntures	16	1.454.932	1.605.376	3.156.984	3.369.771
Entidade de previdência privada	17	42.502	19.896	42.502	19.896
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	-	-	805	772
Débitos fiscais diferidos	8	164.560	206.030	1.012.328	1.105.918
Provisões	19	307	12.124	229.131	148.576
Uso do bem público	20	-	-	91.181	89.965
Outras contas a pagar	21	1.155	1.630	79.854	60.230
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.796.795</b>	<b>2.121.225</b>	<b>7.753.486</b>	<b>8.485.249</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	22	1.043.922	1.043.922	1.043.922	1.043.922
Reserva de capital		165.636	240.934	165.636	240.934
Reserva de lucros		1.557.376	993.747	1.557.376	993.747
Resultado abrangente acumulado		301.818	346.863	301.818	346.863
		<b>3.068.752</b>	<b>2.625.465</b>	<b>3.068.752</b>	<b>2.625.465</b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	11	-	-	2.333.688	2.189.141
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.068.752</b>	<b>2.625.465</b>	<b>5.402.440</b>	<b>4.814.607</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>5.401.315</b>	<b>5.866.850</b>	<b>15.434.170</b>	<b>15.911.636</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 <sup>(1)</sup>	2019	2018 <sup>(1)</sup>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>23</b>	<b>776.299</b>	<b>722.093</b>	<b>3.094.749</b>	<b>3.023.909</b>
<b>Custo do serviço</b>					
Custo com energia elétrica	24	(51.827)	(32.772)	(442.742)	(410.202)
<b>Custo com operação</b>		<b>(82.863)</b>	<b>(80.636)</b>	<b>(882.541)</b>	<b>(821.417)</b>
Depreciação e amortização		(63.603)	(63.276)	(585.274)	(560.885)
Outros custos com operação	25	(19.260)	(17.360)	(297.267)	(260.532)
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19.234)</b>	<b>(1.575)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>641.609</b>	<b>608.685</b>	<b>1.750.232</b>	<b>1.790.715</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(1.579)</b>	<b>(4.382)</b>	<b>(1.590)</b>	<b>(4.401)</b>
Depreciação e amortização		(28)	(15)	(28)	(15)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(19)	(320)	(2)	(339)
Outras despesas com vendas	25	(1.532)	(4.047)	(1.560)	(4.047)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(30.274)</b>	<b>(23.913)</b>	<b>(186.770)</b>	<b>(174.477)</b>
Depreciação e amortização		(1.481)	(1.270)	(9.348)	(10.510)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(28.793)	(22.643)	(177.422)	(163.967)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(10.285)</b>	<b>(9.968)</b>	<b>(180.314)</b>	<b>(229.502)</b>
Amortização de intangível da concessão		(9.966)	(9.966)	(169.194)	(167.614)
Outras despesas operacionais	25	(319)	(2)	(11.120)	(61.888)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>599.471</b>	<b>570.424</b>	<b>1.381.558</b>	<b>1.382.335</b>
Resultado de participações societárias	11	502.579	483.962	349.090	334.198
<b>Resultado financeiro</b>	<b>26</b>				
Receitas financeiras		32.704	63.426	192.733	185.219
Despesas financeiras		(156.805)	(266.760)	(754.521)	(941.623)
		<b>(124.101)</b>	<b>(203.334)</b>	<b>(561.788)</b>	<b>(756.405)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>977.949</b>	<b>851.052</b>	<b>1.168.860</b>	<b>960.127</b>
Contribuição social	8	(30.423)	(22.341)	(62.942)	(34.307)
Imposto de renda	8	(84.800)	(62.260)	(152.940)	(62.169)
		<b>(115.223)</b>	<b>(84.600)</b>	<b>(215.882)</b>	<b>(96.476)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>862.726</b>	<b>766.451</b>	<b>952.978</b>	<b>863.652</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		-	-	862.726	766.451
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	90.252	97.200
Lucro líquido básico por lote de mil ações - R\$	22.8	4,20	3,73	-	-
Lucro líquido diluído por lote de mil ações - R\$	22.8	4,16	3,69	-	-

(1) Veja nota explicativa 2.8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>862.726</b>	<b>766.451</b>	<b>952.978</b>	<b>863.652</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(18.148)	(1.162)	(18.148)	(1.162)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.225)	(5.058)	(1.225)	(5.058)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>843.354</b>	<b>760.232</b>	<b>933.605</b>	<b>857.432</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			843.353	760.232
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			90.252	97.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado				Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de lucro a realizar	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	Lucros acumulados				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.043.922</b>	<b>239.691</b>	<b>136.010</b>	<b>465.355</b>	<b>98.511</b>	<b>391.163</b>	<b>(20.537)</b>	-	-	-	<b>2.354.115</b>	<b>2.144.109</b>	<b>4.498.225</b>
<b>Resultado abrangente total</b>													
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	766.451	766.451	97.200	863.652	-	-
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	2.468	(7.526)	(5.058)	(5.058)	-	-
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(1.162)	-	-	(1.162)	-	-	(1.162)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>													
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(35.056)	-	-	35.056	-	-	-	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	11.919	-	-	(11.919)	-	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(1.932)	-	-	1.932	-	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	592.382	-	-	-	-	(592.382)	-	-	-	-
Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	(200.000)	-	-	-	-	200.000	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>													
Dividendo adicional exercício 2017	-	-	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	(200.000)	-	(200.000)
Aprovação do juros sobre o capital próprio adicional proposto - JCP	-	-	-	-	(98.511)	-	-	-	(98.511)	-	(98.511)	-	(98.511)
Juros sobre o capital próprio Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.513)	(120.513)	-	-	(120.513)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.099)	(71.099)	-	-	(71.099)
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.985)	-	(52.985)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	1.243	-	-	-	-	-	-	-	1.243	-	-	1.243
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	817	-	817
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.043.922</b>	<b>240.934</b>	<b>136.010</b>	<b>857.737</b>	-	<b>366.094</b>	<b>(21.699)</b>	<b>2.468</b>	-	<b>2.625.465</b>	<b>2.189.141</b>	<b>4.814.607</b>	
<b>Resultado abrangente total</b>													
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	862.726	862.726	90.252	952.978	-	-
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(1.225)	-	(1.225)	(1.225)	-	-
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.148)	-	-	(18.148)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>													
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(35.974)	-	-	35.974	-	-	-	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	12.231	-	-	(12.231)	-	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(1.929)	-	-	1.929	-	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	552.099	-	-	-	-	(552.099)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	11.531	-	-	-	-	-	(11.531)	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>													
Dividendos Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(186.000)	(186.000)	-	-	(186.000)
Juros sobre o capital próprio Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(138.769)	(138.769)	-	-	(138.769)
Dividendos distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.125)	-	(21.125)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(75.298)	-	-	-	-	-	-	-	(75.298)	75.298	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122	-	122
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.043.922</b>	<b>165.636</b>	<b>147.540</b>	<b>1.409.836</b>	-	<b>340.422</b>	<b>(39.847)</b>	<b>1.244</b>	-	<b>3.068.752</b>	<b>2.333.688</b>	<b>5.402.440</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL Geração Energia S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>977.949</b>	<b>851.052</b>	<b>1.168.860</b>	<b>960.127</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	75.079	74.527	763.845	739.024
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.181	3.169	1.195	(5.403)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	320	2	339
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	130.361	238.923	591.158	774.240
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	1.892	1.553	1.892	1.553
Equivalência patrimonial	(502.579)	(483.962)	(349.090)	(334.198)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	240	1	10.075	62.696
Outros	-	-	1.811	(117)
	<b>684.142</b>	<b>685.583</b>	<b>2.189.749</b>	<b>2.198.260</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	10.871	56.211	14.140	33.337
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	386.766	382.255	330.318	310.665
Tributos a compensar	13.884	8.449	(6.461)	(15.659)
Depósitos judiciais	(44)	(140)	(18)	852
Ativo financeiro da concessão (transmissoras)	-	-	-	(10.869)
Outros ativos operacionais	12.160	2.719	(64.928)	102.420
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	9.073	(10.304)	70.309	(180.479)
Outros tributos e contribuições sociais	(10.335)	(1.068)	(16.248)	(1.068)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(1.588)	(18.149)	(1.590)	(39.185)
Taxas regulamentares	1.728	2.981	1.321	3.161
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(13.487)	(154)	(14.804)	(1.713)
Adiantamentos de clientes	-	(2)	-	81.687
Outros passivos operacionais	2.058	(239)	(11.854)	(7.107)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>1.095.228</b>	<b>1.108.142</b>	<b>2.489.934</b>	<b>2.474.303</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(151.855)	(220.614)	(533.858)	(765.694)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(80.359)	(58.193)	(216.460)	(212.352)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>863.014</b>	<b>829.335</b>	<b>1.739.615</b>	<b>1.496.256</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aumento de capital em investidas	(3.882)	(10)	-	-
Redução de capital em subsidiárias	-	-	-	(1.096)
Aquisições de imobilizado	(7.179)	(4.488)	(137.706)	(223.727)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	-	-	(782.390)	(550.193)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	-	-	363.913	745.482
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(20.970)	-
Adições de Intangível	(1.132)	(1.341)	(7.502)	(11.575)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(64.809)	-	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	-	(445.098)	-	(50.700)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	423.599	151.657	422.591	151.658
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>346.597</b>	<b>(299.279)</b>	<b>(162.064)</b>	<b>59.849</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	-	7.994
Captação de empréstimos e debêntures	13.500	1.782.781	849.852	2.267.209
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(888.527)	(2.404.757)	(2.464.066)	(3.957.627)
Liquidação de operações com derivativos	94.981	36.777	94.981	36.777
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	12	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(423.553)	(298.511)	(462.430)	(341.573)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(1.203.599)</b>	<b>(883.710)</b>	<b>(1.981.651)</b>	<b>(1.987.220)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.012</b>	<b>(353.653)</b>	<b>(404.099)</b>	<b>(431.115)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>81.913</b>	<b>435.567</b>	<b>999.832</b>	<b>1.430.946</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>87.925</b>	<b>81.913</b>	<b>595.732</b>	<b>999.832</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>			
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>865.638</b>	<b>805.475</b>	<b>3.595.518</b>	<b>3.511.865</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	858.577	799.967	3.321.570	3.259.127
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	7.080	5.829	252.778	251.442
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	21.172	1.635
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19)	(320)	(2)	(339)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(81.168)</b>	<b>(55.905)</b>	<b>(1.053.920)</b>	<b>(1.018.766)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(57.110)	(36.116)	(462.454)	(441.516)
2.2 Material	(4.175)	(3.488)	(92.559)	(112.902)
2.3 Serviços de terceiros	(17.210)	(13.599)	(433.060)	(354.672)
2.4 Outros	(2.673)	(2.702)	(65.846)	(109.676)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>784.470</b>	<b>749.570</b>	<b>2.541.598</b>	<b>2.493.099</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(75.079)</b>	<b>(74.527)</b>	<b>(767.861)</b>	<b>(745.322)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(65.112)	(64.561)	(598.668)	(577.707)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(9.966)	(9.966)	(169.193)	(167.615)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>709.391</b>	<b>675.043</b>	<b>1.773.737</b>	<b>1.747.777</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>536.878</b>	<b>550.462</b>	<b>546.592</b>	<b>527.096</b>
6.1 Receitas financeiras	34.299	66.499	197.502	192.898
6.2 Equivalência patrimonial	502.579	483.962	349.090	334.198
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>1.246.269</b>	<b>1.225.505</b>	<b>2.320.329</b>	<b>2.274.873</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>28.033</b>	<b>25.731</b>	<b>131.844</b>	<b>117.516</b>
8.1.1 Remuneração direta	16.785	14.902	93.775	84.070
8.1.2 Benefícios	9.893	9.688	28.925	26.205
8.1.3 F.G.T.S	1.356	1.142	9.144	7.241
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>198.330</b>	<b>166.168</b>	<b>453.045</b>	<b>324.141</b>
8.2.1 Federais	197.869	165.715	451.649	321.993
8.2.2 Estaduais	27	35	932	1.699
8.2.3 Municipais	434	418	465	448
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>157.180</b>	<b>267.154</b>	<b>782.461</b>	<b>969.563</b>
8.3.1 Juros	156.710	266.691	753.939	939.996
8.3.2 Aluguéis	469	463	28.522	29.567
8.3.0 Outros	-	-	-	-
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>862.726</b>	<b>766.451</b>	<b>952.978</b>	<b>863.652</b>
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	138.769	102.436	75.314	102.436
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	186.000	71.099	201.455	95.907
8.4.3 Lucros retidos	537.957	592.916	676.210	665.308
	<b>1.246.269</b>	<b>1.225.505</b>	<b>2.320.329</b>	<b>2.274.873</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

Em 2019, a CPFL Geração cumpriu com sua agenda estratégica e seguiu trabalhando em iniciativas de valor e no seu plano de investimentos, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de suas equipes.

O ano de 2019 foi marcado, especialmente, pela conclusão do processo de integração das atividades administrativas da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis") no modelo organizacional do Grupo CPFL Energia, reforçando ainda mais o compromisso com o crescimento e criação de valor para seus acionistas, com o fortalecimento de potenciais sinergias entre as empresas. Adicionalmente, com a conclusão da aquisição, a CPFL Energia passou a deter 99,94% da CPFL Renováveis (46,76% diretamente e 53,18% por meio da CPFL Geração).

Em 19 de dezembro de 2019, a CPFL Energia e a CPFL Geração comunicaram, por meio de Fato Relevante, que o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram, naquela data, a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B", a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam apenas 0,06% do capital social da CPFL Renováveis. A CPFL Geração solicitou à CVM e à B3, em 20 de dezembro de 2019, o registro da oferta mediante a adoção de procedimento diferenciado, com a dispensa de elaboração de laudo de avaliação. Todos os demais termos e condições aplicáveis à OPA estarão descritos no Edital da OPA, submetido à análise e aprovação da CVM e da B3.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### Ambiente macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação (especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os

riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020<sup>1</sup>. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

## Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

## 3. Desempenho operacional

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, as UHEs Serra da Mesa, Foz do Chapecó, Campos Novos, Barra Grande, Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, bem como as térmicas a óleo combustível (UTES Termonordeste e Termoparaíba), além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.173 MW.

A CPFL Geração também detém 53,18% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH e solar. Em 31 de dezembro de 2019, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.133 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 40 PCHs (453 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração convencional e renovável adicionais. Temos um portfólio total de 2,9 GW de projetos de geração renovável a serem desenvolvidos nos próximos anos e atualmente temos 110 MW em construção:

**PCH Lucia Cherobim:** projeto localizado no Estado do Paraná, tem previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 28,0 MW e a garantia física é de 16,6 MW médios. A energia foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 189,95/MWh - dezembro de 2019).

<sup>1</sup> Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 26/02/2020.

**Parques Eólicos do Complexo Gameleira:** os parques eólicos Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, têm previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 81,7 MW e a garantia física é de 39,4 MWmédios. Houve um aumento na potência instalada, de 61,3 MW para 81,7 MW, que se deve à otimização de potência do aerogerador. Parte da energia (12,0 MWmédios) foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 89,89/MWh - dezembro de 2019).

## 4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

**Receita operacional:** a receita operacional bruta foi de R\$ 3.343 milhões em 2019, representando um aumento de 2,5% (R\$ 82 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 248 milhões em 2019, representando um aumento de 4,7% (R\$ 11 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.095 milhões em 2019, representando um aumento de 2,3% (R\$ 71 milhões).

**Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)</i>		
	2019	2018
<b>Lucro Líquido</b>	<b>952.978</b>	<b>863.652</b>
Depreciação e Amortização	763.845	739.024
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado Financeiro	561.787	756.405
Contribuição Social	62.942	34.307
Imposto de Renda	152.940	62.169
<b>EBITDA</b>	<b>2.495.071</b>	<b>2.456.136</b>

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 2.495 milhões em 2019, representando um aumento de 1,6% (R\$ 39 milhões), devido aos seguintes aumentos: (i) de 2,3% (R\$ 71 milhões) na receita líquida, e (ii) de 4,4% (R\$ 15 milhões) na equivalência patrimonial. Estes aumentos foram parcialmente compensados pelos aumentos de 7,9% (R\$ 33 milhões) nos custos com energia elétrica e encargos, e de 2,9% (R\$ 14 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada e custos com construção da infraestrutura da concessão.

**Lucro líquido:** a CPFL Geração apurou lucro líquido de R\$ 953 milhões em 2019, representando um aumento de 10,3% (R\$ 89 milhões), refletindo o aumento de 1,6% (R\$ 39 milhões) no EBITDA e a redução de 25,7% (R\$ 195 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos de R\$ 119 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e de 3,4% (R\$ 25 milhões) nas depreciações e amortizações.

**Endividamento:** no final de 2019, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R\$ 7.204 milhões, uma redução de 16,7%.

## 5. Investimentos

Em 2019, foram investidos R\$ 137 milhões, sendo R\$ 11 milhões de geração convencional e R\$ 126 milhões da CPFL Renováveis, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira). Complementarmente, houve um investimento de R\$ 21 milhões relacionado à transmissão.

## 6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visando promover o desenvolvimento sustentável devem ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

**Plano de sustentabilidade:** definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

**Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

**Mudança do Clima:** atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2018/2019. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para

5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2019 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

## 7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2019, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

<b>Natureza</b>	<b>Contratação</b>	<b>Duração</b>
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	01/09/2017	24 meses
Procedimentos previamente acordados – Revisões e retificações tributárias de anos anteriores	03/05/2018 e 05/07/2018	12 meses

Contratamos um total de R\$ 559 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 40% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2019 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## 8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.



### ***A Administração***

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária de serviço público e com participação no capital social de outras Companhias. A Companhia detém as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Km 2,5, CEP 13088-900 – Parque São Quirino em Campinas, Estado de São Paulo.

As concessões da CPFL Geração se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

A Companhia possui participações nas seguintes sociedades (informações sobre capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

**Empresas consolidadas - Controladas**

**CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)**

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

**CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)**

A Companhia detém e controla com participação de 51,56%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2019, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 107 empreendimentos de 2.470,6 MW de capacidade instalada (2.132,7 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 41 pequenas centrais hidrelétricas - PCHs (481,1 MW) com 40 PCHs em operação (453,1 MW) e 1 PCH em construção (28 MW);
- Geração de energia eólica: 57 empreendimentos (1.594,1MW) com 45 projetos em operação (1.308,5 MW) e 12 projetos em construção/desenvolvimento (285,669,3 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)

### **CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda (“CPFL Piracicaba”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

### **CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda (“CPFL Morro Agudo”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

### **CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda (“CPFL Maracanaú”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em julho de 2018 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2 km de extensão.

### **CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda (“CPFL Sul I”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km.

### **CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda (“CPFL Sul II”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV fruto do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros – Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,4 km e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km.

### **Empreendimentos controlados em conjunto**

#### **BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)**

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

### **Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")**

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

### **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")**

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas ("UTE"), denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termonordeste", ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário ("CVU") declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

### **Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")**

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó"), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

### **Capital Circulante Líquido Negativo**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e no consolidado o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 209.625 e R\$ 443.079, respectivamente.

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

## (2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 04 de março de 2020.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 9 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 10 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

- Nota 12 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

## 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## 2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e transmissão de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); e (ii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”).

## 2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Apesar de deter mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos, uma vez que a análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros, detida nas controladas CERAN e CPFL Renováveis.

## 2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

## 2.8 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das demonstrações financeiras para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de depreciação e amortização em duas rubricas nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23/IAS 8, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras de 2018 da Companhia:

	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
	Originalmente Publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente Publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>722.093</b>	-	<b>722.093</b>	<b>3.023.909</b>	-	<b>3.023.909</b>
<b>Custo do serviço</b>						
Custo com energia elétrica	(32.772)	-	(32.772)	(410.202)	-	(410.202)
<b>Custo com operação</b>	<b>(80.636)</b>	-	<b>(80.636)</b>	<b>(821.417)</b>	-	<b>(821.417)</b>
Depreciação e amortização	-	(63.276)	(63.276)	-	(560.885)	(560.885)
Outros custos com operação	-	(17.360)	(17.360)	-	(260.532)	(260.532)
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>-</b>	-	<b>-</b>	<b>(1.575)</b>	-	<b>(1.575)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>608.685</b>	-	<b>608.685</b>	<b>1.790.715</b>	-	<b>1.790.715</b>
<b>Despesas operacionais</b>						
<b>Despesas com vendas</b>	<b>(4.382)</b>		<b>(4.382)</b>	<b>(4.401)</b>		<b>(4.401)</b>
Depreciação e amortização	-	(15)	(15)	-	(11)	(11)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(320)	-	(320)	(339)	-	(339)
Outras despesas com vendas	(4.062)	15	(4.047)	(4.062)	11	(4.051)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(23.913)</b>		<b>(23.913)</b>	<b>(174.477)</b>		<b>(174.477)</b>
Depreciação e amortização	-	(1.270)	(1.270)	-	(10.510)	(10.510)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(22.643)	(22.643)	-	(163.967)	(163.967)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(9.968)</b>		<b>(9.968)</b>	<b>(229.502)</b>		<b>(229.502)</b>
Amortização de intangível da concessão	-	(9.966)	(9.966)	-	(167.614)	(167.614)
Outras despesas operacionais	-	(2)	(2)	-	(61.888)	(61.888)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>570.424</b>	-	<b>570.424</b>	<b>1.382.335</b>	-	<b>1.382.335</b>
Resultado de participações societárias	483.962		483.962	334.198		334.198
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	63.426	-	63.426	185.219	-	185.219
Despesas financeiras	(266.760)	-	(266.760)	(941.623)	-	(941.623)
	<b>(203.334)</b>	-	<b>(203.334)</b>	<b>(756.405)</b>	-	<b>(756.405)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>851.052</b>		<b>851.052</b>	<b>960.127</b>		<b>960.127</b>
Contribuição social	(22.341)	-	(22.341)	(34.307)	-	(34.307)
Imposto de renda	(62.260)	-	(62.260)	(62.169)	-	(62.169)
	<b>(84.600)</b>	-	<b>(84.600)</b>	<b>(96.476)</b>	-	<b>(96.476)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>766.451</b>	-	<b>766.451</b>	<b>863.652</b>	-	<b>863.652</b>

### (3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.16.

#### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e/ou liquidez diária, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

### 3.2 Contratos de concessão

#### Transmissoras:

As transmissoras controladas da Companhia, são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### – Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

#### – Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

#### – Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### 3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2,62% a 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

### 3.5 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *software* e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

### 3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

#### – Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são

individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 / IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

#### – Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### 3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### - Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,22%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

### 3.8 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### 3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço anual ou semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### 3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de suprimento da Companhia e suas controladas proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura das transmissoras é registrada de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, tendo como contrapartida um ativo contratual.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Em 2019 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total de receitas da Companhia são como seguem: Furnas R\$ 588.476 (73%) e CPFL Paulista R\$ 145.837 (18%).

### 3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia e suas controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

### 3.13 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida

negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

### 3.14 Base de consolidação

#### (i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

#### (ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Geração na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.4.3.

#### (iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

### 3.15 Novas normas e interpretações vigentes

As seguintes normas foram emitidas e/ou revisadas pelo IASB e CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019:

#### a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia e suas controladas avaliaram o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas das controladas indiretas da CPFL Renováveis, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. Para os demais contratos, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram de R\$ 24.642.

Para os demais contratos nos quais a Companhia e/ou suas controladas atuam como arrendatárias, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram imateriais.

#### b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

A IFRIC 23 / ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e constatou que não houve impactos pela adoção da mesma (nota 18).

### 3.16 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente revisão de Pronunciamentos técnicos nº 14 do CPC (deliberação CVM 836/19)

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3): essa alteração esclarece a definição de 'negócio', visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23): essa alteração esclarece a definição de 'material', visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para

definir se a informação sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações financeiras sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### (4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

##### - Imobilizado, intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

##### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

#### (5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos bancários	2.040	314	161.307	60.225
Aplicações financeiras	85.885	81.599	434.425	939.606
Título de crédito privado (a)	85.885	81.599	227.624	134.241
Fundos de investimento (b)	-	-	206.801	805.366
<b>Total</b>	<b>87.925</b>	<b>81.913</b>	<b>595.732</b>	<b>999.832</b>

a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 70.892 (R\$ 128.122 em 31 de dezembro de 2018), (ii) Operações Compromissadas em debêntures no montante de R\$ 14.991 (R\$ 6.119 em 31 de dezembro de 2018) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 100,1% do CDI para CDB e 80% do CDI para Operações Compromissadas.

b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 79% do CDI.

## 5.1 - Títulos de valores mobiliários

	<b>Consolidado</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>31/12/2019</b>
Através de fundos de investimentos (a)	449.786
<b>Total</b>	<b>449.786</b>

(a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,87% do CDI, com vencimentos a partir de setembro de 2020.

## (6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>				
Operações realizadas na CCEE (a)	848	778	66.098	66.183
Concessionárias e permissionárias (b)	85.450	97.760	292.816	299.728
Outros	404	312	380	182
	<b>86.702</b>	<b>98.850</b>	<b>359.294</b>	<b>366.093</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(435)	(422)	(448)	(451)
<b>Total</b>	<b>86.266</b>	<b>98.427</b>	<b>358.847</b>	<b>365.642</b>
<b>Não circulante</b>				
Operações realizadas na CCEE (a)	29.703	28.430	179.913	187.256
<b>Total</b>	<b>29.703</b>	<b>28.430</b>	<b>179.913</b>	<b>187.256</b>

### a) Operações realizadas na CCEE

O saldo do não circulante de R\$ 179.913 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE; e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

### b) Concessionárias e Permissionárias

No ativo circulante o saldo consolidado está composto:

- R\$ 66.489 (R\$ 79.816 em 31 de dezembro de 2018) referente principalmente ao saldo a receber da quota parte da Companhia da energia produzida pela Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, que está sendo integralmente comercializada com FURNAS;
- R\$ 18.961 (R\$ 17.944 em 31 de dezembro de 2018) referente à energia produzida pela BAESA e comercializada pela Companhia por meio de contrato bilateral junto à Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”) e Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”).

- R\$ 690 (R\$ 508 em 31 de dezembro de 2018) referente à Transmissão de energia elétrica e Uso de rede elétrica;
- R\$ 39.296 (R\$ 34.346 em 31 de dezembro de 2018) decorrente da energia produzida pela CERAN que é comercializada essencialmente com a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a CPFL Brasil; e
- R\$ 167.380 (R\$ 167.114 em 31 de dezembro de 2018) referente a energia produzida pela controlada CPFL Renováveis que basicamente é comercializada como PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, junto à Eletrobrás e mercado livre.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 31 d.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>	<b>Outros ativos (nota 10)</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(406)</b>	<b>(326)</b>	<b>(732)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(45)	-	(45)
Recuperação de receita	(294)	-	(294)
Baixa de contas a receber provisionadas	294	-	294
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(451)</b>	<b>(326)</b>	<b>(777)</b>
Adição em função de aquisição de empresas	-	(1)	(1)
Provisão revertida (constituída) líquida	3	-	3
Recuperação de receita	(5)	-	(5)
Baixa de contas a receber provisionadas	5	-	5
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(448)</b>	<b>(327)</b>	<b>(775)</b>

## (7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	486	560
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	-	1.638	2.265
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.158	7.588	47.068	48.140
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>1.158</b>	<b>7.588</b>	<b>49.193</b>	<b>50.965</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10.239	13.037	33.823	59.651
ICMS a compensar	-	-	5.836	4.861
Programa de integração social - PIS	530	709	4.866	4.502
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.445	3.273	22.706	21.016
Outros	-	3	737	202
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>13.213</b>	<b>17.022</b>	<b>67.968</b>	<b>90.233</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>14.371</b>	<b>24.610</b>	<b>117.161</b>	<b>141.198</b>
<b>Não circulante</b>				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	36	-
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	32.284	1.907
<b>Imposto de renda a compensar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32.320</b>	<b>1.907</b>
ICMS a compensar	-	-	2.808	2.813
Outros	-	-	3.580	3.530
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.388</b>	<b>6.343</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.708</b>	<b>8.250</b>

**Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF** - No consolidado em 31 de dezembro de 2019, inclui-se o montante de R\$ 22.148 (R\$ 44.450 em 31 de dezembro de 2018) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que conforme expectativa da Administração será compensado com recolhimento de imposto de renda.

**PIS/COFINS** - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2019, inclui o montante de R\$ 23.446 (R\$ 18.048 em 31 de dezembro de 2018) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia.

## (8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 8.1 – Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>				
Bases negativas	-	-	23.234	23.081
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(46.410)	(56.931)	(292.691)	(316.691)
<b>Subtotal</b>	<b>(46.410)</b>	<b>(56.931)</b>	<b>(269.457)</b>	<b>(293.610)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>				
Prejuízos fiscais	-	-	64.539	64.114
Benefício fiscal do intangível incorporado	10.769	12.061	10.769	12.061
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(128.918)	(158.143)	(808.544)	(877.642)
<b>Subtotal</b>	<b>(118.150)</b>	<b>(146.082)</b>	<b>(733.236)</b>	<b>(801.467)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u></b>				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(9.635)	(7.824)
<b>Total</b>	<b>(164.560)</b>	<b>(203.013)</b>	<b>(1.012.328)</b>	<b>(1.102.901)</b>
Total crédito fiscal	-	3.017	-	3.017
Total débito fiscal	(164.560)	(206.030)	(1.012.328)	(1.105.918)

### 8.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 13.

### 8.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	30	83	1.094	3.038
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69	191	67	187
Provisão relacionada a pessoal	201	557	197	547
Derivativos	(4.383)	(12.176)	(10.308)	(28.633)
Perdas atuariais	554	1.538	554	1.538
Marcação a Mercado- Derivativos	(517)	(1.433)	(432)	(1.199)
Marcação a Mercado- Dívidas	126	354	(518)	(1.439)
Depreciação acelerada incentivada	(206)	(572)	(149)	(415)
Outros	119	330	166	464
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(45.568)	(126.578)	(48.806)	(135.572)
Perdas atuariais	3.334	9.260	1.540	4.277
Marcação a Mercado- Derivativos	-	(1)	(2)	(7)
Marcação a Mercado- Dívidas	(169)	(471)	(334)	(929)
<b>Total</b>	<b>(46.410)</b>	<b>(128.918)</b>	<b>(56.931)</b>	<b>(158.143)</b>

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	30	83	-	1.094	3.038	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69	191	-	67	187	-
Programas de P&D e eficiência energética	5	14	-	3	10	-
Provisão relacionada a pessoal	201	557	-	197	547	-
Derivativos	(4.383)	(12.176)	-	(10.308)	(28.633)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(2.215)	(4.137)	(9.635)	(2.219)	(4.102)	(7.824)
Perdas atuariais	554	1.538	-	554	1.538	-
Marcação a Mercado- Derivativos	(516)	(1.434)	-	(432)	(1.199)	-
Marcação a Mercado- Dívidas	127	354	-	(518)	(1.439)	-
Depreciação acelerada incentivada	(1.673)	(4.647)	-	(149)	(415)	-
Outros	114	316	-	163	454	-
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(45.568)	(126.578)	-	(48.806)	(135.572)	-
Perdas atuariais	3.334	9.260	-	1.540	4.277	-
Marcação a Mercado- Derivativos	-	(1)	-	(2)	(7)	-
Marcação a Mercado- Dívidas	(169)	(471)	-	(334)	(929)	-
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios CPFL Renováveis</b>						
<b>Impostos diferidos - ativo:</b>						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	18.334	50.955	-	21.365	59.347	-
<b>Impostos diferidos - passivo:</b>						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(17.192)	(47.755)	-	(24.690)	(68.584)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(211.821)	(588.393)	-	(227.199)	(631.106)	-
Outras diferenças temporárias	(31.922)	(86.220)	-	(27.016)	(75.053)	-
<b>Total</b>	<b>(292.691)</b>	<b>(808.544)</b>	<b>(9.635)</b>	<b>(316.691)</b>	<b>(877.642)</b>	<b>(7.824)</b>

#### 8.4 – Expectativa de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia.

Sua composição é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b><u>Expectativa de recuperação</u></b>		
2021	2.701	2.701
2022	1.514	1.514
2023	1.514	1.514
2024	1.347	6.503
2025 a 2027	1.347	42.338
2028 a 2030	3.954	41.191
2031 a 2033	15.139	19.530
<b>Total</b>	<b><u>27.515</u></b>	<b><u>115.290</u></b>

#### 8.5 – Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:

	<u>Controladora</u>			
	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>977.949</b>	<b>977.949</b>	<b>851.052</b>	<b>851.052</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	(502.579)	(502.579)	(483.962)	(483.962)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(579)	-
Realização correção monetária complementar	2	-	2	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(6)	(6)	(18)	(18)
Juros sobre o capital próprio	(138.769)	(138.769)	(120.513)	(120.513)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.014	2.605	2.252	2.480
<b>Base de cálculo</b>	<b>338.032</b>	<b>339.200</b>	<b>248.234</b>	<b>249.039</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Total</b>	<b><u>(30.423)</u></b>	<b><u>(84.800)</u></b>	<b><u>(22.341)</u></b>	<b><u>(62.260)</u></b>
Corrente	(38.983)	(107.286)	(18.676)	(47.054)
Diferido	8.560	22.486	(3.665)	(15.206)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Consolidado

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.168.860</b>	<b>1.168.860</b>	<b>960.127</b>	<b>960.127</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	(349.090)	(349.090)	(334.198)	(334.198)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(579)	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(6)	(6)	(18)	(18)
Efeito regime lucro presumido	(339.527)	(397.258)	(203.381)	(288.222)
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	-	-	(52.336)
Juros sobre o capital próprio	(138.769)	(138.769)	(120.513)	(120.513)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	50.431	47.538	23.918	16.191
<b>Base de cálculo</b>	<b>391.320</b>	<b>331.275</b>	<b>325.356</b>	<b>181.031</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(35.219)</b>	<b>(82.819)</b>	<b>(29.282)</b>	<b>(45.258)</b>
Crédito fiscal não reconhecido, líquido	(27.723)	(70.121)	(5.025)	(16.911)
<b>Total</b>	<b>(62.942)</b>	<b>(152.940)</b>	<b>(34.307)</b>	<b>(62.169)</b>
Corrente	(85.135)	(215.724)	(71.715)	(161.007)
Diferido	22.193	62.784	37.409	98.838

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

**Crédito fiscal não reconhecido, líquido** - O crédito fiscal não reconhecido corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R\$ 84.977 refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa (receita de R\$ 578 em 2019 e receita de R\$ 84.099 em 2018); (ii) benefício fiscal do ágio incorporado (despesa de R\$ 1.292 em 2019 e despesa de R\$ 1.931 em 2018) e (iii) diferenças temporárias (receita de R\$ 85.695 em 2019 e receita de R\$ 56.741 em 2018).

## 8.6 – Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	Controladora			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	24.925	24.925	4.178	4.178
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(2.242)</b>	<b>(6.230)</b>	<b>(376)</b>	<b>(1.045)</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	448	1.247	(424)	(1.174)
<b>Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(1.794)</b>	<b>(4.983)</b>	<b>(800)</b>	<b>(2.219)</b>

## 8.7 – Créditos fiscais não reconhecidos

A CPFL Renováveis possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas (R\$ 748.435) que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

## (9) ATIVO CONTRATUAL

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	-
<b>Circulante</b>	-
<b>Não circulante</b>	-
Reclassificação de outros créditos	249.652
Adições	20.970
Atualização	31.725
Recebimento RAP	(23.344)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>279.003</b>
<b>Circulante</b>	<b>24.387</b>
<b>Não circulante</b>	<b>254.616</b>

**Ativo contratual das transmissoras:** refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão. A mudança decorrente da adoção do IFRS 15 para ativo contratual para as controladas de transmissão de energia elétrica do grupo foi considerada imaterial e portanto não gerou ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

## (10) OUTROS ATIVOS

	<b>Controladora</b>				<b>Consolidado</b>			
	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>		<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos a receber - consórcios	-	-	-	-	-	-	13.210	21.494
Adiantamentos - Fundação CESP	132	62	134	134	132	62	134	134
Adiantamentos - fornecedores	-	-	-	-	41.494	2.721	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	75.034	568.498	508.213
Ordens em curso	-	-	-	-	1.046	5.777	9.448	6.844
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	10.432	-	10.432	25.390
Despesas antecipadas	1.781	1.706	760	1.559	22.998	13.463	1.827	1.559
Repactuação GSF	-	-	-	-	5.333	11.391	-	4.627
Adiantamentos a funcionários	187	214	-	-	707	668	-	-
Indenizações	13.628	21.963	-	-	31.730	28.880	-	-
Ativo contratual das transmissoras	-	-	-	-	-	23.535	-	226.117
Outros	(19)	1.732	-	-	29.791	9.274	44.448	15.606
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(327)	(326)	-	-	(327)	(326)	-	-
<b>Total</b>	<b>15.382</b>	<b>25.352</b>	<b>894</b>	<b>1.693</b>	<b>143.335</b>	<b>170.479</b>	<b>647.997</b>	<b>809.984</b>

**Cauções, fundos e depósitos vinculados** - Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

**Contratos de pré-compra de energia** – Pagamentos antecipados realizados pelas controladas da CPFL Renováveis, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

**Repactuação GSF** – Prêmio pago antecipadamente pelas controladas Ceran e CPFL Renováveis, referente à transferência do risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”) e é amortizado de forma linear em contrapartida a outros custos operacionais.

**Indenizações** – No consolidado o montante de R\$ 31.730, inclui o valor registrado na controladora de R\$ 13.628, referente à indenização pelo acordo de acionistas da Baesa.

## (11) INVESTIMENTOS

### 11.1 – Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.844.167	3.461.018	988.516	970.302
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)	64.809	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.908.976</b>	<b>3.461.018</b>	<b>988.516</b>	<b>970.302</b>
Mais valia de ativos, líquidos	9.481	10.060	9.481	10.060
<b>Total</b>	<b>3.918.457</b>	<b>3.471.079</b>	<b>997.997</b>	<b>980.362</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, o montante de adiantamento para futuro aumento de capital era composto pelos adiantamentos para a CPFL Transmissão Sul I R\$ 13.446, CPFL Transmissão Sul II R\$ 25.646 e CPFL Transmissão Maracanaú R\$ 25.717.

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2019			31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
Baesa	99.618.754	25,01	398.381	624.591	2.999	156.185	175.189	750	791
Enercan	97.831.000	48,72	200.787	426.632	252.941	207.868	175.122	123.240	101.392
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	747.489	276.370	381.219	378.558	140.949	127.250
Epasa	150.941.659	53,34	221.413	455.996	158.839	243.244	241.433	84.730	105.343
CPFL Renováveis	277.251.717	53,18	3.698.060	4.544.434	96.628	2.416.866	2.138.478	53.686	56.336
Ceran	78.000.000	65,00	120.000	297.523	105.468	193.390	141.975	68.554	64.500
CPFL Piracicaba	82.585.354	100,00	82.585	111.089	14.179	111.089	96.910	14.179	13.705
CPFL Morro Agudo	50.010.000	100,00	100.010	129.611	16.268	129.611	113.343	16.268	15.224
CPFL Maracanaú	10.000	100,00	3.872	29.869	280	4.152	10	280	-
CPFL Sul I	10.000	100,00	10	13.603	147	157	-	147	-
CPFL Sul II	10.000	100,00	10	26.031	375	385	-	375	-
<b>Subtotal Investimento pelo patrimônio líquido</b>						<b>3.844.167</b>	<b>3.461.018</b>	<b>503.159</b>	<b>484.542</b>
Amortização de mais valia de ativos						-	-	(579)	(579)
<b>Total</b>						<b>3.844.167</b>	<b>3.461.018</b>	<b>502.579</b>	<b>483.962</b>

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 579 (R\$ 579 em 31 de dezembro 2018), é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação dos saldos de investimento em controladas e empreendimentos controlados em conjunto nos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2018			Movimentação em 2019				Saldo em 31/12/2019		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)*	Movimentação de capital sem alteração no controle	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	241.433	-	241.433	-	84.730	-	(82.918)	243.245	-	243.245
BAESA	175.189	-	175.189	-	750	-	(19.754)	156.185	-	156.185
ENERCAN	175.122	-	175.122	-	123.240	-	(90.494)	207.868	-	207.868
Chapecoense	378.558	-	378.558	-	140.949	-	(138.288)	381.219	-	381.219
CERAN	141.975	(141.975)	-	-	68.554	-	(17.138)	193.390	(193.390)	-
CPFL Piracicaba	96.910	(96.910)	-	-	14.179	-	-	111.089	(111.089)	-
CPFL Morro Agudo	113.343	(113.343)	-	-	16.268	-	-	129.611	(129.611)	-
CPFL Maracanaú	10	(10)	-	3.862	280	-	-	4.152	(4.152)	-
CPFL Sul I	-	-	-	10	147	-	-	157	(157)	-
CPFL Sul II	-	-	-	10	375	-	-	385	(385)	-
CPFL Renováveis	2.138.478	(2.138.478)	-	300.000	53.686	(75.298)	-	2.416.866	(2.416.866)	-
	<b>3.461.018</b>	<b>(2.490.716)</b>	<b>970.302</b>	<b>303.882</b>	<b>503.159</b>	<b>(75.298)</b>	<b>(348.592)</b>	<b>3.844.167</b>	<b>(2.855.650)</b>	<b>988.516</b>

\* Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 579 no exercício.

Investimento	Saldo em 31/12/2017			Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)*	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	240.388	-	240.388	-	105.343	(104.299)	241.433	-	241.433
BAESA	187.654	-	187.654	-	791	(13.257)	175.189	-	175.189
ENERCAN	176.998	-	176.998	-	101.392	(103.269)	175.122	-	175.122
Chapecoense	385.870	-	385.870	-	127.250	(134.561)	378.558	-	378.558
CERAN	159.773	(159.773)	-	-	64.500	(82.298)	141.975	(141.975)	-
CPFL Piracicaba	92.650	(92.650)	-	-	13.705	(9.446)	96.910	(96.910)	-
CPFL Morro Agudo	58.791	(58.791)	-	50.000	15.224	(10.671)	113.343	(113.343)	-
CPFL Maracanaú	-	-	-	10	-	-	10	(10)	-
CPFL Renováveis	2.080.900	(2.080.900)	-	1.243	56.336	-	2.138.478	(2.138.478)	-
	<b>3.383.023</b>	<b>(2.392.114)</b>	<b>990.910</b>	<b>51.253</b>	<b>484.542</b>	<b>(457.801)</b>	<b>3.461.018</b>	<b>(2.490.716)</b>	<b>970.302</b>

\* Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 579 no exercício.

## 11.2 – Dividendos a Receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BAESA	3.504	3	3.504	3
ENERCAN	59.289	65.010	59.289	65.010
CERAN	22.280	48.567	-	-
Chapecoense	37.090	33.733	37.090	33.733
CPFL Transmissão Piracicaba	11.849	21.255	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	3.616	-	-
	<b>134.011</b>	<b>172.184</b>	<b>99.882</b>	<b>98.747</b>

### 11.3 – Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital Coligadas e Controladas - Ativo Não Circulante</b>		
CPFL Renováveis	-	300.000
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>300.000</b>

### 11.4 – Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

#### 11.4.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Total
	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>86.031</b>	<b>2.058.078</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	35,00%	48,40%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	34.731	62.469	97.200
Dividendos distribuídos a não controladores	(44.314)	(8.671)	(52.985)
Outras movimentações	-	817	817
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>76.448</b>	<b>2.112.693</b>	<b>2.189.141</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	35,00%	48,44%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	36.914	53.338	90.252
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle		75.298	75.298
Dividendos distribuídos a não controladores	(9.228)	(11.897)	(21.125)
Outras movimentações	-	122	122
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>104.134</b>	<b>2.229.554</b>	<b>2.333.688</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	35,00%	46,82%	

#### 11.4.2 – Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são como segue:

Ativo e Passivo	31/12/2019		31/12/2018	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
	Ativo circulante	78.836	1.312.372	80.367
Caixa e equivalentes de caixa	33.140	412.579	32.729	876.571
Ativo não circulante	751.546	10.496.351	799.390	10.845.036
Passivo circulante	215.198	1.545.741	246.482	1.396.120
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.128	617.030	106.555	819.993
Outros passivo financeiros	13.256	430.257	13.406	7.670
Passivo não circulante	317.660	5.616.562	414.852	6.528.563
Empréstimos, financiamentos e debêntures	211.051	4.387.676	316.581	4.738.841
Outros passivo financeiros	91.181	-	89.965	-
Patrimônio líquido	297.523	4.646.421	218.423	4.251.172
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	193.389	2.416.867	141.975	2.138.479
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	104.134	2.229.554	76.448	2.112.693

DRE	2019		2018	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
	Receita operacional líquida	339.041	1.928.011	333.289
Custo e despesa operacional	(102.685)	(724.479)	(95.321)	(727.557)
Depreciação e amortização	(43.033)	(645.722)	(41.378)	(623.106)
Receita de juros	4.821	73.216	6.191	93.076
Despesa de juros	(39.623)	(420.775)	(53.630)	(517.403)
Despesa de imposto sobre a renda	(52.197)	(47.152)	(48.239)	37.276
Lucro (prejuízo) líquido	105.468	107.024	99.230	118.805
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	105.468	96.628	99.230	109.264
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	10.396	-	9.542

### 11.4.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2019, e 31 de dezembro de 2018 são como segue:

Ativo e Passivo	31/12/2019				31/12/2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	219.117	66.863	379.359	294.877	208.326	68.956	345.737	327.084
Caixa e equivalentes de caixa	77.290	18.315	240.645	96.130	66.519	17.425	184.002	18.269
Ativo não circulante	982.032	915.379	2.472.085	470.864	1.033.320	966.664	2.604.162	502.618
Passivo circulante	390.817	72.383	451.803	93.512	385.271	50.639	424.635	152.168
Empréstimos, financiamentos e debêntures	133.548	-	138.759	35.660	137.225	-	138.706	34.473
Outros passivo financeiros	7.131	35.944	75.668	1.416	5.869	34.832	74.156	1.346
Passivo não circulante	383.699	285.269	1.652.152	216.233	496.953	284.391	1.782.993	224.933
Empréstimos, financiamentos e debêntures	255.756	-	913.308	115.842	383.358	-	1.045.402	151.964
Outros passivo financeiros	25.513	271.267	731.113	-	26.936	272.079	734.630	-
Patrimônio líquido	426.632	624.591	747.489	455.996	359.422	700.590	742.271	452.601

DRE	2019				2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	650.900	286.378	881.458	560.203	591.875	321.142	863.861	840.005
Custo e despesa operacional	(192.780)	(201.494)	(195.973)	(319.024)	(188.756)	(214.448)	(191.749)	(562.097)
Depreciação e amortização	(49.110)	(50.832)	(124.244)	(34.690)	(50.051)	(50.609)	(117.858)	(34.525)
Receita de juros	5.573	1.850	16.309	3.990	4.793	4.176	15.729	4.258
Despesa de juros	(33.399)	(31.533)	(163.977)	(13.972)	(46.042)	(53.946)	(205.138)	(17.491)
Despesa de imposto sobre a renda	(126.313)	(1.124)	(136.830)	(38.983)	(101.484)	(1.229)	(124.284)	(38.740)
Lucro (prejuízo) líquido	252.941	2.999	276.370	158.839	208.100	3.164	249.510	197.481
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>48,72%</b>	<b>25,01%</b>	<b>51,00%</b>	<b>53,34%</b>	<b>48,72%</b>	<b>25,01%</b>	<b>51,00%</b>	<b>53,34%</b>

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

### 11.4.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

## (12) IMOBILIZADO

Controladora								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>11.268</b>	<b>252.000</b>	<b>195.950</b>	<b>615.467</b>	<b>595</b>	<b>455</b>	<b>12.869</b>	<b>1.088.604</b>
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.439.554	1.616	2.727	12.869	2.316.863
Depreciação acumulada	-	(210.781)	(190.098)	(824.087)	(1.021)	(2.273)	-	(1.228.259)
Adições	-	-	-	-	-	-	4.488	4.488
Baixas	-	-	-	-	(39)	-	-	(39)
Transferências	-	-	-	4.273	236	-	(4.509)	-
Depreciação	-	(11.821)	(10.083)	(41.393)	(178)	(95)	-	(63.571)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	28	-	-	28
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>11.268</b>	<b>240.179</b>	<b>185.867</b>	<b>578.347</b>	<b>643</b>	<b>359</b>	<b>12.849</b>	<b>1.029.511</b>
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.443.827	1.813	2.728	12.849	2.321.313
Depreciação acumulada	-	(222.602)	(200.181)	(865.480)	(1.170)	(2.368)	-	(1.291.801)
Adições	-	-	-	-	-	-	7.179	7.179
Baixas	-	-	-	(4.977)	-	-	-	(4.977)
Transferências	-	-	593	4.096	226	-	(4.915)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	(246)	(246)
Depreciação	-	(12.347)	(10.047)	(41.209)	(193)	(72)	-	(63.868)
Baixa da depreciação	-	-	-	3.344	-	-	-	3.344
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>11.268</b>	<b>227.833</b>	<b>176.412</b>	<b>539.600</b>	<b>675</b>	<b>287</b>	<b>14.868</b>	<b>970.943</b>
Custo histórico	11.268	462.781	386.641	1.442.945	2.039	2.728	14.868	2.323.269
Depreciação acumulada	-	(234.948)	(210.229)	(903.346)	(1.364)	(2.440)	-	(1.352.326)
<b>Taxa média de depreciação 2018</b>		<b>2,57%</b>	<b>2,62%</b>	<b>3,11%</b>	<b>13,63%</b>	<b>7,49%</b>		
<b>Taxa média de depreciação 2019</b>		<b>2,62%</b>	<b>2,60%</b>	<b>3,10%</b>	<b>14,29%</b>	<b>6,19%</b>		

Consolidado								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>164.524</b>	<b>1.316.078</b>	<b>1.079.667</b>	<b>6.812.941</b>	<b>1.412</b>	<b>2.950</b>	<b>211.221</b>	<b>9.588.793</b>
Custo histórico	203.395	2.062.741	1.630.372	9.626.101	2.947	9.155	211.221	13.745.931
Depreciação acumulada	(38.870)	(746.663)	(550.706)	(2.813.160)	(1.535)	(6.204)	-	(4.157.138)
Adições	-	-	-	-	-	-	243.910	243.910
Baixas	(7)	-	(7.909)	(13.062)	(381)	(18)	(2.107)	(23.483)
Transferências	20.181	151.754	39.161	85.353	470	646	(297.564)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(2.755)	-	(100.720)	102.914	-	6	(2.044)	(2.599)
Depreciação	(8.082)	(79.136)	(59.969)	(423.429)	(369)	(146)	-	(571.130)
Baixa da depreciação	2	-	15	5.554	226	31	-	5.828
Transferências de/para outros ativos - depreciação	(994)	-	20.714	(18.845)	-	-	-	875
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>172.869</b>	<b>1.388.696</b>	<b>970.958</b>	<b>6.551.426</b>	<b>1.359</b>	<b>3.469</b>	<b>153.416</b>	<b>9.242.194</b>
Custo histórico	220.813	2.214.495	1.560.919	9.801.952	3.036	9.789	153.416	13.964.420
Depreciação acumulada	(47.944)	(825.799)	(589.961)	(3.250.525)	(1.677)	(6.319)	-	(4.722.224)
Adições	-	-	-	-	-	-	250.173	250.173
Baixas	-	(5)	(31.080)	(27.326)	(213)	-	(8)	(58.632)
Transferências	603	15.883	49.925	73.841	608	407	(141.266)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(1.333)	(8.249)	(6.968)	12.395	-	(40)	1.924	(2.271)
Depreciação	(8.875)	(84.562)	(60.328)	(436.416)	(377)	(448)	-	(591.006)
Baixa da depreciação	-	5	2.231	14.697	87	-	-	17.020
Transferências de/para outros ativos - depreciação	(5)	-	21	645	-	-	-	661
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>163.259</b>	<b>1.311.769</b>	<b>924.758</b>	<b>6.189.262</b>	<b>1.464</b>	<b>3.389</b>	<b>264.239</b>	<b>8.858.139</b>
Custo histórico	220.083	2.222.123	1.572.796	9.860.862	3.432	10.156	264.239	14.153.690
Depreciação acumulada	(56.824)	(910.354)	(648.038)	(3.671.599)	(1.967)	(6.767)	-	(5.295.550)
<b>Taxa média de depreciação 2018</b>	<b>3,86%</b>	<b>3,66%</b>	<b>3,92%</b>	<b>4,39%</b>	<b>16,56%</b>	<b>6,57%</b>		
<b>Taxa média de depreciação 2019</b>	<b>3,86%</b>	<b>3,90%</b>	<b>3,91%</b>	<b>4,50%</b>	<b>17,00%</b>	<b>5,79%</b>		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R\$ 248.018 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 139.615 em 31 de dezembro de 2018).

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2019 não ocorreram capitalizações, em 2018 foram capitalizados R\$ 10.591 a uma taxa de 8,74%.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 15, é de aproximadamente R\$ 3.908.099 (R\$ 3.654.120 em 31 de dezembro de 2018), sendo o montante relacionado à controlada CPFL Renováveis.

## 12.1 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2019 e 2018 não houve necessidade de provisão de recuperação.

### (13) INTANGÍVEL

	<b>Controladora</b>		
	<b>Direito de concessão</b>		
	<b>Adquirido em combinações de negócio</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>102.986</b>	<b>3.794</b>	<b>106.780</b>
Custo histórico	426.450	16.387	442.837
Amortização acumulada	(323.463)	(12.593)	(336.056)
Adições	-	1.340	1.340
Amortização	(9.966)	(991)	(10.957)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>93.020</b>	<b>4.143</b>	<b>97.163</b>
Custo histórico	426.450	17.727	444.177
Amortização acumulada	(333.430)	(13.583)	(347.013)
Adições	-	1.132	1.132
Amortização	(9.966)	(1.244)	(11.210)
Baixa e transferência - outros ativos	-	246	246
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>83.053</b>	<b>4.278</b>	<b>87.331</b>
Custo histórico	426.450	19.105	445.555
Amortização acumulada	(343.396)	(14.827)	(358.223)

**Consolidado**

	<b>Direito de concessão</b>			<b>Total</b>
	<b>Adquirido em combinações de negócio</b>	<b>Uso do bem público</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>2.921.317</b>	<b>25.904</b>	<b>37.534</b>	<b>2.984.755</b>
Custo histórico	4.123.379	35.840	94.831	4.254.050
Amortização acumulada	(1.202.062)	(9.936)	(57.297)	(1.269.295)
Adições	-	-	11.575	11.575
Amortização	(167.615)	(1.419)	(5.207)	(174.241)
Transferência - intangíveis	-	-	1.616	1.616
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(565)	(564)
Combinação de negócios	-	-	50	50
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	-	-	47	47
Outros	(58.057)	-	-	(58.057)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>2.695.645</b>	<b>24.485</b>	<b>45.051</b>	<b>2.765.181</b>
Custo histórico	4.067.744	35.840	107.370	4.210.954
Amortização acumulada	(1.372.099)	(11.355)	(62.318)	(1.445.772)
Adições	-	-	7.502	7.502
Amortização	(167.437)	(1.419)	(6.242)	(175.098)
Transferência - intangíveis	-	-	1.611	1.611
Baixa e transferência - outros ativos	(1.755)	-	-	(1.755)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>2.526.451</b>	<b>23.065</b>	<b>47.924</b>	<b>2.597.441</b>
Custo histórico	4.065.989	35.840	116.485	4.218.314
Amortização acumulada	(1.539.537)	(12.775)	(68.560)	(1.620.872)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios.

### 13.1 – Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2019 e 2018, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

## (14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	10.685	3.960	74.120	50.533
Encargos de uso da rede elétrica	113	109	3.387	3.328
Materiais e serviços	5.156	2.811	91.988	35.679
<b>Total</b>	<b>15.954</b>	<b>6.880</b>	<b>169.496</b>	<b>89.540</b>
<b>Não circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	-	-	104.206	113.853
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104.206</b>	<b>113.853</b>

## (15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo inicial 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Consolidado			Saldo Final 31/12/2018
				Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	460.255	166.404	(71.631)	37.641	-	(37.751)	554.915
Pós Fixado							
TJLP	3.039.454	125.515	(294.766)	258.090	-	(234.405)	2.893.887
CDI	1.312.096	16.000	(970.703)	63.124	-	(92.855)	327.661
IGP-M	57.291	-	(10.511)	9.788	-	(4.679)	51.889
IPCA	-	32.418	-	678	-	(312)	32.784
<b>Total ao custo</b>	<b>4.869.096</b>	<b>340.337</b>	<b>(1.347.611)</b>	<b>369.321</b>	<b>-</b>	<b>(370.002)</b>	<b>3.861.136</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(19.385)</b>	<b>(6.820)</b>	<b>-</b>	<b>3.832</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(22.373)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	814.777	194.995	(321.888)	38.895	161.423	(36.941)	851.261
Marcação a mercado	(10.310)	-	-	838	-	-	(9.472)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>804.467</b>	<b>194.995</b>	<b>(321.888)</b>	<b>39.733</b>	<b>161.423</b>	<b>(36.941)</b>	<b>841.789</b>
<b>Total</b>	<b>5.654.178</b>	<b>528.512</b>	<b>(1.669.499)</b>	<b>412.886</b>	<b>161.423</b>	<b>(406.943)</b>	<b>4.680.552</b>
<b>Circulante</b>	<b>880.135</b>						<b>1.104.284</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4.774.043</b>						<b>3.576.268</b>

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	554.915	-	(77.904)	37.426	-	(41.004)	473.434
Pós Fixado							
TJLP	2.893.887	-	(289.277)	226.875	-	(205.808)	2.625.676
CDI	327.661	-	(164.170)	15.182	-	(20.891)	157.781
IGP-M	51.889	-	(11.141)	5.936	-	(4.077)	42.606
Outros	32.784	-	(711)	1.473	-	(1.735)	31.813
<b>Total ao custo</b>	<b>3.861.136</b>	<b>-</b>	<b>(543.203)</b>	<b>286.891</b>	<b>-</b>	<b>(273.515)</b>	<b>3.331.311</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(22.373)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.600</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(20.773)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	851.261	13.500	(583.272)	26.176	30.513	(29.748)	308.431
Marcação a mercado	(9.472)	-	-	9.006	-	-	(466)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>841.789</b>	<b>13.500</b>	<b>(583.272)</b>	<b>35.182</b>	<b>30.513</b>	<b>(29.748)</b>	<b>307.965</b>
<b>Total</b>	<b>4.680.552</b>	<b>13.500</b>	<b>(1.126.474)</b>	<b>323.674</b>	<b>30.513</b>	<b>(303.263)</b>	<b>3.618.504</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.104.284</b>						<b>582.009</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.576.268</b>						<b>3.036.495</b>

(\*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2019	31/12/2018		
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda Nacional</b>					
<b>Pré fixado</b>					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8% (a)	42.136	61.909	2011 a 2024	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações; (v) Penhor de Ações; e (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 10% (a)	39.263	70.455	2012 a 2025	
FINEP	Pré fixado de 3,5% a 8%	-	3.360	2013 a 2021	
BNB	Pré fixado de 9,5% a 10,14%	392.036	419.191	2027 a 2037	
		<b>473.434</b>	<b>554.915</b>		
<b>Pós fixado</b>					
<b>TJLP</b>					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 3,4% (b)	2.623.869	2.893.887	2009 a 2039	(i) Penhor de Ações das Subholdings e da SPE, de máquinas e equipamentos, direitos creditórios dos contratos de O&M e direitos emergentes da autorização da ANEEL; (ii) Cessão fiduciária dos direitos creditórios; (iii) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos; e (iv) Fiança bancária, Fiança de Interventores, da CPFL Energia e da State Grid Brazil, Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEP	TJLP + 5%	1.808	-	2021	
		<b>2.625.676</b>	<b>2.893.887</b>		
<b>CDI</b>					
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9% (c)	157.781	327.661	2012 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e Fiança da CPFL Renováveis
		<b>157.781</b>	<b>327.661</b>		
<b>IGPM</b>					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	42.606	51.889	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis e (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
<b>Outros</b>					
Outros	IPCA + 2,08%	31.813	32.785	2007 a 2038	Fiança Bancária
<b>Total moeda nacional</b>		<b>3.331.311</b>	<b>3.861.137</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(20.773)</b>	<b>(22.373)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Moeda Estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 1,41%	161.391	310.382	2020	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,96% a 4,32%	147.040	540.880	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<b>308.431</b>	<b>851.262</b>		
<b>Marcação a mercado</b>		<b>(466)</b>	<b>(9.472)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>307.965</b>	<b>841.790</b>		
<b>Total</b>		<b>3.618.504</b>	<b>4.680.552</b>		

(\*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial em variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPC 48 e IFRS 9, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos

derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 466 (R\$ 9.472 em 31 de dezembro 2018), que compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 540 (R\$ 12.120 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram uma perda líquida de R\$ 74 (perda líquida de R\$ 2.648 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2021	508.166
2022	381.013
2023	364.506
2024	281.743
2025	262.810
2026 a 2030	943.959
2031 a 2035	227.898
2036 a 2040	66.074
<b>Subtotal</b>	<b>3.036.169</b>
Marcação a mercado	326
<b>Total</b>	<b>3.036.495</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada %</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>% da dívida</u>	
			<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IGPM	7,30	7,54	1,18	1,11
TJLP	6,30	6,72	72,56	61,83
CDI	5,97	6,40	4,36	25,19
Outros			21,90	11,88
			100,00	100,00

## Principais adições no exercício:

Modalidade Empresa	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
		em 2019	líquido dos gastos de captação					
<b>Moeda Estrangeira</b>								
<b>Dólar</b>								
<b>Lei 4131</b>								
CPFL Geração	13.500	13.500	13.500	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	USD + 1,96%	USD + 1,96%	Capital de Giro
		<b>13.500</b>	<b>13.500</b>					

## Pré-pagamento:

No ano de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 75.000 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até janeiro de 2020, na controlada CPFL Renováveis.

## Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

## Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da CPFL Renováveis, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,0 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a um índice que varia entre 25% e 30%.
- Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 80%.

## Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,55.

## Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

## Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação

societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

## (16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>						
TJLP	495.408	-	(46.768)	37.539	(5.080)	481.099
CDI	3.774.900	1.743.000	(2.241.360)	265.448	(331.420)	3.210.568
IPCA	403.301	-	-	38.725	(22.251)	419.775
<b>Total ao custo</b>	<b>4.673.609</b>	<b>1.743.000</b>	<b>(2.288.128)</b>	<b>341.712</b>	<b>(358.751)</b>	<b>4.111.442</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(31.969)</b>	<b>(4.303)</b>	<b>-</b>	<b>10.920</b>	<b>-</b>	<b>(25.352)</b>
<b>Total</b>	<b>4.641.639</b>	<b>1.738.697</b>	<b>(2.288.128)</b>	<b>352.632</b>	<b>(358.751)</b>	<b>4.086.090</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>1.359.300</b>					<b>716.319</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>3.282.339</b>					<b>3.369.771</b>

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
TJLP	481.099	-	(70.761)	33.385	(4.732)	438.990
CDI	3.210.568	838.000	(1.157.723)	199.340	(210.101)	2.880.085
IPCA	419.775	-	(109.107)	42.139	(15.760)	337.046
<b>Total ao custo</b>	<b>4.111.442</b>	<b>838.000</b>	<b>(1.337.591)</b>	<b>274.864</b>	<b>(230.593)</b>	<b>3.656.122</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(25.352)</b>	<b>(228)</b>	<b>-</b>	<b>9.380</b>	<b>-</b>	<b>(16.200)</b>
<b>Total</b>	<b>4.086.090</b>	<b>837.772</b>	<b>(1.337.591)</b>	<b>284.244</b>	<b>(230.593)</b>	<b>3.639.922</b>
<b>Circulante</b>	<b>716.319</b>					<b>482.939</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.369.771</b>					<b>3.156.984</b>

(\*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia	
		31/12/2019	31/12/2018			
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
TJLP	TJLP + 1%	(c)	438.990	481.100	2009 a 2029	Alienação Fiduciária
CDI	(i) De 103,6% a 109,75% do CDI	(a)	1.564.854	2.351.141	2018 a 2025	(i) Fiança da CPFL Energia e CPFL Renováveis   (ii) Aval da CPFL Energia   (iii) Cessão Fiduciária dos dividendos da PCH Holding
	(ii) CDI + 0,75% a 0,83%	(a)	1.315.230	859.427		
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,8%	(b)	337.046	419.774	2019 a 2027	Fiança da CPFL Energia
			<b>3.656.122</b>	<b>4.111.443</b>		
	<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(16.200)</b>	<b>(25.352)</b>		
	<b>Total</b>		<b>3.639.922</b>	<b>4.086.090</b>		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI | CDI + de 0,76% a 0,89%

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(c) TJLP + 3,48%

(\*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2021	907.908
2022	1.254.413
2023	755.284
2024	47.856
2025	47.856
2026 a 2030	143.667
<b>Total</b>	<b>3.156.984</b>

## Principais adições no exercício:

Modalidade Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			em 2019	Líquido dos gastos de emissão					
<b>Moeda nacional</b>									
<b>CDI</b>									
CPFL Renováveis	9ª emissão 1ª série	300.000	300.000	299.956	Semestral	Parcela única em novembro de 2022	104,75% do CDI	105,45% do CDI	(a)
CPFL Renováveis	9ª emissão 2ª série	538.000	538.000	537.815	Semestral	3 parcelas semestrais a partir de novembro de 2022	106% do CDI	106,66% do CDI	(a)
			<b>838.000</b>	<b>837.772</b>					

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da controlada

### Pré-pagamento:

No ano de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 675.484 (R\$ 635.000 em 31 de dezembro de 2018) de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

### Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

## (17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

### 17.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da FUNCESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
  - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
  - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer

responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

## 17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2019</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	152.254
Valor justo dos ativos do plano	(105.914)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b><u>46.340</u></b>

	<u>31/12/2018</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	119.964
Valor justo dos ativos do plano	(98.836)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b><u>21.128</u></b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2017</b>	<b>110.801</b>
Custo do serviço corrente bruto	78
Juros sobre obrigação atuarial	10.109
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	8.409
Benefícios pagos no ano	(9.433)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018</b>	<b>119.964</b>
Custo do serviço corrente bruto	84
Juros sobre obrigação atuarial	10.507
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(165)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	31.516
Benefícios pagos no ano	(9.652)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019</b>	<b><u>152.254</u></b>

	<u>Ativo</u>
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2017</b>	<b>(94.378)</b>
Rendimento esperado no ano	(8.634)
Contribuições de patrocinadoras	(1.027)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.230)
Benefícios pagos no ano	9.433
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018</b>	<b>(98.836)</b>
Rendimento esperado no ano	(8.699)
Contribuições de patrocinadoras	(1.604)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(6.426)
Benefícios pagos no ano	9.652
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019</b>	<b><u>(105.914)</u></b>

### 17.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Consolidado</u>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2017</b>	<b>16.423</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.553
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.027)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	8.409
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.230)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2018</b>	<b>21.128</b>
Outras contribuições	117
<b>Total passivo</b>	<b>21.246</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.350</b>
<b>Não circulante</b>	<b>19.896</b>

	<u>Consolidado</u>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2018</b>	<b>21.128</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.892
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.604)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(165)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	31.516
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(6.426)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2019</b>	<b>46.340</b>
Outras contribuições	134
<b>Total passivo</b>	<b>46.473</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.971</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>42.502</b>

### 17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2020 estão apresentadas no montante de R\$ 2.481.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<b>Ano de Pagamento</b>	
2020	10.728
2021	10.992
2022	11.238
2023	11.494
2024 a 2029	73.016
<b>Total</b>	<b>117.468</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,7 anos.

### 17.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2020 e as despesas reconhecidas em 2019 e 2018, são como segue:

	<b>2020</b>
	<b>estimadas</b>
Custo do serviço	124
Juros sobre obrigações atuariais	10.914
Rendimento esperado dos ativos do plano	(7.563)
<b>Total da despesa</b>	<b>3.475</b>

	<b>2019</b>
	<b>realizadas</b>
Custo do serviço	84
Juros sobre obrigações atuariais	10.507
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.699)
<b>Total da despesa</b>	<b>1.892</b>

	<b>2018</b>
	<b>realizadas</b>
Custo do serviço	78
Juros sobre obrigações atuariais	10.109
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.634)
<b>Total da despesa</b>	<b>1.553</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

### 17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, administrados pela FUNCESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2020, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2019.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Renda fixa</b>	<b>75%</b>	<b>77%</b>
Títulos públicos federais	61%	55%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	3%
Títulos privados (instituições não financeiras)	-	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%
Outros investimentos de renda fixa	9%	15%
<b>Renda variável</b>	<b>17%</b>	<b>15%</b>
Fundos de investimento em ações	17%	15%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>
Fundos de investimento multimercado	4%	2%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>96%</b>	<b>94%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>-</b>	<b>1%</b>
Depósitos judiciais e outros	-	1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>4%</b>	<b>6%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<b>Meta para 2020</b>
Renda Fixa	61,3%
Renda variável	24,9%
Imóveis	3,6%
Empréstimos e financiamentos	1,9%
Investimentos no exterior	8,4%
	<b>100,00%</b>

A meta de alocação para 2020 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da FUNCESP efetuada ao final de 2019 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2020, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de *déficit* atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a FUNCESP atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

### 17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	<b>Aumento (redução)</b>	<b>CPFL Geração</b>
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	4.116 (3.928)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(4.005) 3.993

(\*) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,43%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,18% a.a. e 7,68% a.a..

(\*\*) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da FUNCESP. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

### 17.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da FUNCESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

A FUNCESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*"). A Política de Investimentos da FUNCESP determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

## (18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	56.083	5.927	100.202	53.726
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	18.818	2.932	35.784	20.831
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>74.901</b>	<b>8.859</b>	<b>135.985</b>	<b>74.557</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	2.833	5.069
Programa de integração social - PIS	1.106	978	4.956	3.497
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.107	4.505	21.526	16.174
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	9.518	-	9.518	-
Outros	685	586	7.352	6.194
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>16.417</b>	<b>6.069</b>	<b>46.185</b>	<b>30.935</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>91.318</b>	<b>14.928</b>	<b>182.170</b>	<b>105.492</b>
<b>Não circulante</b>				
ICMS a pagar	-	-	805	772
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>805</b>	<b>772</b>
<b>Total Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>805</b>	<b>772</b>

A Companhia possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota Nota 19 – Provisões.

## (19) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (19.1)	307	12.124	25.287	38.315
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (19.2)	-	-	228.329	132.750
<b>Total</b>	<b>307</b>	<b>12.124</b>	<b>253.616</b>	<b>171.065</b>
Circulante	-	-	24.485	22.489
Não Circulante	307	12.124	229.131	148.576

## 19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	307	125	270	129	1.977	1.770	3.611	2.022
Cíveis	-	-	-	-	21.280	3.351	20.820	3.094
Fiscais	-	697	11.855	615	2.029	9.897	13.884	9.369
Outros	-	-	-	-	-	-	-	12
<b>Total</b>	<b>307</b>	<b>822</b>	<b>12.124</b>	<b>744</b>	<b>25.287</b>	<b>15.017</b>	<b>38.315</b>	<b>14.497</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	3.611	1.795	(1.734)	(1.203)	109	2.576
Cíveis	20.820	64	(128)	(82)	7	20.681
Fiscais	13.884	1.187	(5)	(13.518)	482	2.029
<b>Total</b>	<b>38.315</b>	<b>3.046</b>	<b>(1.866)</b>	<b>(14.805)</b>	<b>597</b>	<b>25.287</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.

### Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/12/2019	31/12/2018	
Trabalhistas	12.446	13.521	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	455.873	377.303	Danos pessoais
Fiscais	1.054.806	912.266	Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 18)
Fiscais - outros	1.355.769	1.141.754	ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	3.813	56.445	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>2.882.707</b>	<b>2.501.288</b>	

#### (a) Fiscais:

Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante de R\$ 327.547 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

Em 2016 a CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 482.734 (R\$ 414.470 em 31 de dezembro de 2018) relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

#### (b) Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

### 19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

As provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real

de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,22%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

Consolidado						
	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversão	Ajuste a Valor Presente	31/12/2018
Desmobilização de ativos	99.212	9.592	-	(7.908)	7.815	108.711
Custos socioambientais	24.742	-	(2.133)	-	1.430	24.039
<b>Total</b>	<b>123.954</b>	<b>9.592</b>	<b>(2.133)</b>	<b>(7.908)</b>	<b>9.245</b>	<b>132.750</b>
Circulante	16.140					22.489
Não Circulante	107.814					110.261

Consolidado							
	31/12/2018	Adições	Pagamentos	Baixas	Atualização monetária	Ajuste a Valor Presente	31/12/2019
Desmobilização de ativos	108.711	-	-	(28.848)	12.570	110.890	203.323
Custos socioambientais	24.039	1.579	(1.964)	-	1.352	-	25.006
<b>Total</b>	<b>132.750</b>	<b>1.579</b>	<b>(1.964)</b>	<b>(28.848)</b>	<b>13.923</b>	<b>110.890</b>	<b>228.329</b>
Circulante	22.489						24.485
Não Circulante	110.261						203.844

## (20) USO DO BEM PÚBLICO

Consolidado				
Empresa	31/12/2019	31/12/2018	Quantidade de parcelas restantes	Taxa de juros
CERAN	102.952	101.535	195	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	11.771	11.570		
Não circulante	91.181	89.965		

## (21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	28	142	-	-	8.230	7.799	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	100	77	-	-	7.297	7.340	9.886	8.306
FNDCT (*)	6	5	-	-	383	354	-	-
Adiantamentos	1.741	9	39	27	250.624	211.273	43.287	48.666
Folha de pagamento	563	417	-	-	2.283	2.052	-	-
Participação nos lucros	3.370	2.956	1.116	1.602	14.119	15.660	2.088	1.602
Indenização	-	-	-	-	-	65.499	-	-
Outros	226	295	-	-	15.877	7.893	24.593	1.656
<b>Total</b>	<b>6.035</b>	<b>3.901</b>	<b>1.155</b>	<b>1.630</b>	<b>298.813</b>	<b>317.871</b>	<b>79.854</b>	<b>60.230</b>

(\*) FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**Adiantamentos:** refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

**Indenizações:** referem-se a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis referente a indenização devida pelos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito.

## **(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 205.492.020 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

### **22.1 – Gestão de capital**

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,65 vezes o EBITDA em 2019, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

### **22.2 – Oferta Pública de Ações**

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da Companhia aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis (“Ações em Circulação”).

### **22.3 – Reserva de capital**

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 165.636, que compreende: i) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA; ii) saldo devedor de R\$ 14.254, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis e iii) saldo devedor de R\$ 565 referente ao pagamento de minoritários. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

### **22.4 – Reservas de lucros**

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de 1.557.376, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 147.540, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva de Reforço de Capital de Giro R\$ 1.251.984.

### **22.5 – Resultado abrangente acumulado**

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado, no montante de R\$ 347.948;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 39.847 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2);

(iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 (saldo devedor de R\$ 6.283).

## 22.6 – Dividendo

Na AGO de 29 de abril de 2019, foi aprovada a declaração de dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$ 71.099, referente ao exercício de 2018.

Na AGE de 9 de agosto de 2019, foi aprovado a declaração de juros sobre capital próprio intercalares no montante de R\$ 64.017, líquido de impostos, e dividendos intercalares no montante de R\$ 186.000, a serem imputados aos dividendos mínimo obrigatório do exercício social de 2019.

Na AGE de 31 de dezembro de 2019, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 53.937, líquido de impostos, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2019.

Foram pagos em 2019 o montante de R\$ 423.553 referente aos dividendos e juros sobre capital próprio.

## 22.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>2019</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>862.726</b>
Realização do resultado abrangente	25.672
<b>Lucro Líquido base para destinação</b>	<b>888.398</b>
Constituição de Reserva Legal	(11.531)
Dividendos Intermediários	(186.000)
Juros sobre capital próprio intermediários	(138.769)
<b>Base para destinação</b>	<b>552.098</b>
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(552.098)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

## 22.8 – Lucro por ação-básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	862.726	766.451
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	205.492.019.285	205.492.019.285
<b>Lucro por lote de mil ações - básico e diluído</b>	<b>4,20</b>	<b>3,73</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	862.726	766.451
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis	(7.324)	(7.526)
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	<u>855.402</u>	<u>758.925</u>
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	205.492.019.285	205.492.019.285
<b>Lucro diluído por lote de mil ações</b>	<b>4,16</b>	<b>3,69</b>

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada CPFL Renováveis. Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias da controlada no início do exercício.

## (23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>								
<b>Classe de consumidores</b>								
Industrial	-	-	-	-	10	10	1.876	1.813
Comercial	-	-	-	-	89	93	20.311	19.605
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>								
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.875	2.875	578.603	544.342	2.875	2.875	578.603	544.342
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	885	878	229.483	212.411	10.100	10.345	2.517.619	2.460.166
Energia elétrica de curto prazo	2	2	525	381	(971)	1.235	113.786	150.574
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>3.762</b>	<b>3.755</b>	<b>808.611</b>	<b>757.134</b>	<b>12.004</b>	<b>14.455</b>	<b>3.210.008</b>	<b>3.155.082</b>
Receita de construção da infraestrutura de concessão			-	-			21.172	1.635
Outras receitas e rendas			49.966	42.833			89.374	82.625
<b>Outras receitas operacionais</b>			<b>49.966</b>	<b>42.833</b>			<b>110.546</b>	<b>84.260</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>			<b>858.577</b>	<b>799.967</b>			<b>3.342.743</b>	<b>3.260.760</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>								
ICMS			-	-			(869)	-
PIS			(14.162)	(13.196)			(40.066)	(39.712)
COFINS			(65.230)	(60.934)			(184.121)	(183.162)
ISS			(424)	(409)			(424)	(409)
Reserva global de reversão - RGR			-	-			(502)	(247)
Programa de P & D e eficiência energética			(97)	(70)			(3.753)	(3.703)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH			(145)	-			(8.274)	-
Outros			(2.220)	(3.266)			(9.985)	(9.618)
			<b>(82.278)</b>	<b>(77.874)</b>			<b>(247.993)</b>	<b>(236.851)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>			<b>776.299</b>	<b>722.093</b>			<b>3.094.749</b>	<b>3.023.909</b>

## (24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Energia comprada para revenda</b>								
Energia de curto prazo	-	-	-	(43)	1.454	734	137.763	135.739
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	836	836	55.778	34.992	2.158	2.293	164.104	180.589
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(5.159)	(3.237)	-	-	(14.659)	(16.453)
<b>Subtotal</b>	<b>836</b>	<b>836</b>	<b>50.619</b>	<b>31.712</b>	<b>3.612</b>	<b>3.027</b>	<b>318.921</b>	<b>299.876</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>								
Encargos da rede básica			-	-			91.698	88.339
Encargos de conexão			-	-			11.163	11.597
Encargos de uso do sistema de distribuição			1.331	1.168			26.032	25.305
Encargos de serviço do sistema - ESS			-	-			(26)	(61)
Encargos de energia de reserva - EER			-	-			6	8
Crédito de PIS e COFINS			(123)	(108)			(5.054)	(14.861)
<b>Subtotal</b>			<b>1.208</b>	<b>1.060</b>			<b>123.820</b>	<b>110.326</b>
<b>Total</b>			<b>51.827</b>	<b>32.772</b>			<b>442.742</b>	<b>410.202</b>

### 24.1 Generating Scaling Factor (“GSF”)

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, denominada Energia Secundária, este excedente é liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e rateado entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o *Generating Scaling Factor* (“GSF”), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e conseqüentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorizando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013, este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

## Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa ANEEL nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de 2015 geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Os geradores que aderissem à repactuação deveriam encerrar os processos judiciais contra o órgão regulador das concessões e efetuar o pagamento do prêmio de risco referente à transferência do risco de GSF para a CCRBT de 2015.

Em dezembro de 2015, as controladas CERAN e CPFL Renováveis e os empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN e Chapecoense aderiram à repactuação de seus contratos do ACR.

Em 2016, o empreendimento controlado em conjunto BAESA aderiu à repactuação de seus contratos do ACR, encerrando a participação no processo judicial conjunto movido pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - (“APINE”), o efeito líquido dos impostos reconhecido como resultado de participação societária na controladora CPFL Geração foi de R\$ 5.102.

## (25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora											
	Despesas Operacionais											
	Custo com operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	11.497	11.038	1.443	3.974	17.644	12.985	-	-	30.585	27.999		
Entidade de previdência privada	1.892	1.553	-	-	-	-	-	-	1.892	1.553		
Material	1.319	991	14	11	134	121	-	-	1.467	1.123		
Serviços de terceiros	4.473	3.561	74	60	8.354	6.632	-	-	12.901	10.253		
Outros	78	216	-	2	2.661	2.904	319	1	3.058	3.123		
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	446	452	-	-	446	452		
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	321	341	-	-	321	341		
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	42	(51)	-	-	42	(51)		
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	634	984	-	-	634	984		
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	240	1	240	1		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	147	-	-	-	-	-	-	-	147		
Outros	78	69	-	2	1.218	1.177	79	-	1.375	1.248		
<b>Total</b>	<b>19.260</b>	<b>17.360</b>	<b>1.532</b>	<b>4.047</b>	<b>28.793</b>	<b>22.643</b>	<b>319</b>	<b>1</b>	<b>49.904</b>	<b>44.052</b>		

	Consolidado											
	Despesas Operacionais											
	Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	49.062	46.392	-	-	1.443	3.974	102.319	86.940	-	-	152.824	137.306
Entidade de previdência privada	1.892	1.553	-	-	-	-	-	-	-	-	1.892	1.553
Material	21.412	26.874	-	-	14	11	2.467	2.269	-	-	23.893	29.154
Serviços de terceiros	172.119	132.880	-	-	103	60	56.960	57.464	-	-	229.182	190.404
Custos com construção da infraestrutura	-	-	19.234	1.575	-	-	-	-	-	-	19.234	1.575
Outros	52.782	52.833	-	-	-	2	15.675	17.293	11.120	61.888	79.577	132.016
Arrendamentos e aluguéis	18.759	16.857	-	-	-	-	7.590	9.044	-	-	26.349	25.901
Publicidade e propaganda	3	-	-	-	-	-	874	1.156	-	-	877	1.156
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	2.188	1.337	-	-	2.188	1.337
Doações, contribuições e subvenções	1.687	1.988	-	-	-	-	634	984	-	-	2.321	2.972
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	10.075	61.888	10.075	61.888
Amortização de prêmio pago - GSF	11.160	11.103	-	-	-	-	-	-	-	-	11.160	11.103
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	9.871	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.871
Outros	21.172	13.013	-	-	-	2	4.389	4.772	1.045	-	26.606	17.787
<b>Total</b>	<b>297.267</b>	<b>260.532</b>	<b>19.234</b>	<b>1.575</b>	<b>1.560</b>	<b>4.047</b>	<b>177.422</b>	<b>163.967</b>	<b>11.120</b>	<b>61.888</b>	<b>506.603</b>	<b>492.009</b>

## (26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	13.625	32.554	93.607	132.288
Acréscimos e multas moratórias	9	409	308	513
Atualização de créditos fiscais	585	1.526	885	1.588
Atualização de depósitos judiciais	34	33	503	1.438
Atualizações monetárias e cambiais	503	1.221	890	1.530
Juros sobre contratos de mútuo	19.515	17.716	969	1.774
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.595)	(3.073)	(4.770)	(6.765)
PIS e COFINS sobre JCP	-	-	-	11
Receitas decorrentes de liquidação CCEE	-	-	89.510	32.547
Outros	30	13.040	10.832	20.295
<b>Total</b>	<b>32.704</b>	<b>63.426</b>	<b>192.733</b>	<b>185.219</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(144.067)	(212.510)	(543.637)	(699.440)
Atualizações monetárias e cambiais	(11.713)	(51.694)	(60.176)	(122.195)
(-) Juros capitalizados	-	-	-	10.591
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(12.911)	(17.759)
Outros	(1.025)	(2.556)	(137.796)	(112.821)
<b>Total</b>	<b>(156.805)</b>	<b>(266.760)</b>	<b>(754.521)</b>	<b>(941.623)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(124.101)</b>	<b>(203.334)</b>	<b>(561.788)</b>	<b>(756.405)</b>

Não houve juros capitalizados durante o exercício de 2019 sobre os ativos qualificáveis (no ano de 2018, a taxa foi de 8,74% a.a.), de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos, sendo apurado um ganho no montante de R\$ 29.531 (ganho de R\$ 109.067 em 2018) (nota 31).

## (27) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de geração (fontes convencionais e renováveis).

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

	<b>Geração (Fontes convencionais)</b>	<b>Renováveis (Fontes renováveis)</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Total</b>
<b>2019</b>				
Receita operacional líquida	1.166.745	1.928.004	-	3.094.749
(-) Vendas entre segmentos	16	7	(23)	-
Custo com energia elétrica	(123.125)	(319.634)	17	(442.742)
Custos e despesas operacionais	(101.766)	(404.845)	6	(506.605)
Depreciação e amortização	(118.122)	(645.722)	-	(763.845)
Resultado do serviço	823.748	557.810	-	1.381.558
Resultado de participações societárias	349.090	-	-	349.090
Receita financeira	39.590	172.658	(19.515)	192.733
Despesa financeira	(197.743)	(576.292)	19.515	(754.521)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.014.684	154.176	-	1.168.860
Imposto de renda e contribuição social	(168.730)	(47.152)	-	(215.882)
Lucro (prejuízo) líquido	845.954	107.024	-	952.978
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	11.052	126.158	-	137.210
	<b>Geração (Fontes convencionais)</b>	<b>Renováveis (Fontes renováveis)</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Total</b>
<b>2018</b>				
Receita operacional líquida	1.087.604	1.936.305	-	3.023.909
(-) Vendas entre segmentos	15	14	(29)	-
Custo com energia elétrica	(89.872)	(320.346)	16	(410.202)
Custos e despesas operacionais	(85.149)	(407.211)	13	(492.348)
Depreciação e amortização	(115.918)	(623.106)	-	(739.024)
Resultado do serviço	796.680	585.655	-	1.382.335
Resultado de participações societárias	334.198	-	-	334.198
Receita financeira	70.593	131.694	(17.069)	185.219
Despesa financeira	(322.872)	(635.820)	17.069	(941.623)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	878.598	81.530	-	960.127
Imposto de renda e contribuição social	(133.751)	37.276	-	(96.476)
Lucro (prejuízo) líquido	744.846	118.805	-	863.652
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	10.096	225.202	-	235.298

## (28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2019 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundações CESP, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 17 Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008, foi de R\$ 16.751 (R\$ 15.399 em 2018). Este valor é composto por R\$ 14.646 (R\$ 14.583 em de 2018) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 157 (R\$ 85 em 2018) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 1.948 (R\$ 731 em 2018), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
Campos Novos Energia S.A.	28.747	65.010	-	-	-	-	-	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	3.501	3	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	37.090	33.733	-	-	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	198	-	-	-	2.240	1.422	(35)	(26)
Foz do Chapecó Energia S.A.	11	15	-	-	2.148	1.612	(49)	(13)
Campos Novos Energia S.A.	5	-	-	-	1.991	1.404	(57)	(43)
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	-	-	-	(22)	(17)
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	5.954	2.498	-	-	28.219	34.331
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	206	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	5	-	-	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	61	-	-	-	11.115	5.692
<b>Adiantamentos de clientes</b>								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	622	657	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	882	930	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	1.098	1.155	-	-	-	-
Campo dos Ventos IV	-	-	17	-	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	396	418	-	-	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
BAESA –Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(26)
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(37)
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	500	412

**Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	13	-	(23)	-	-	-	110	45
Companhia Piratininga de Força e Luz	1	-	3	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	203	-	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	(11)	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	-	13	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	1	-	24	-	-	-	(33)	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	(7)	-	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	4	-	-	-	-	-	(40)	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	5	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Adm Rec Hum Ltda	1	-	-	-	-	-	(2)	-
Nect Serviços Adm Financ Ltda	1	-	21	-	-	-	(2)	-
Nect Serviços Adm Sup Log Ltda	1	-	-	-	-	-	(2)	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	(7)	-	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	5	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	19	-	345	217
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	10	-	162	-
<b>Contrato de Mútuo</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	422.082	-	-	-	5.814	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	53.937	173.536	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	21	-	1.697	20	307	358
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	(3)	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	234	361	-	-	2.343	2.038
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	81	188	-	-	2.175	2.204
Nect Serviços Adm Rec Hum Ltda	-	-	429	-	-	-	468	-
Nect Serviços Adm Financ Ltda	-	-	2.930	-	-	-	3.071	-
Nect Serviços Adm Sup Log Ltda	-	-	110	-	-	-	299	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	6	882	-	-	1.596	2.121
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	52.771	48.610	-	-	544.219	62.216	89.159	1.430
Companhia Paulista de Força e Luz	26.510	23.511	556	650	209.521	204.921	117.082	3.952
Companhia Piratininga de Força e Luz	13.832	11.626	-	-	106.641	95.429	62.058	137
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	159	34	-	-	1.296	27	1.327	816
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	68	-	8	-	95	-	72
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	373	39	8	-	60.785	45	(96)	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
<b>Adiantamentos de clientes</b>								
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	301	321	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1.284	683	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	37.299	29.333	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	1.769	2.123	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	-	-	337	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	879	241	-	-	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	72.497	-	-	2.082	3.651
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	68	6.125	-	7
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	2.100	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	-	472	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	12.863

(\*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultado realizadas após 31/10/2018, estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidora de Energia.

## (29) SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>
	Riscos operacionais, riscos nomeados, riscos de engenharia e multiriscos	3.008.560
Ativo Imobilizado		
Transporte	Transporte nacional	396
Automóveis	Cobertura compreensiva	3.396
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	240.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	134.180
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	822.000
<b>Total</b>		<b>4.208.532</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

## (30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração de energia elétrica.

### Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A exposição relativa à receita da ENERCAN, proporcional a participação detida pela Companhia, está protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 31.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

#### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Para os contratos de construção de companhias de transmissão firmados em 2019, a Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos, tais como o alumínio necessário para a etapa de construção. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco são utilizadas para reduzir esta volatilidade no fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação incluem instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

### (31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Controladora 31/12/2019		Consolidado 31/12/2019	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	87.925	87.925	595.732	595.732
Títulos e valores mobiliários		(a)	Nível 1	-	-	449.786	449.786
Derivativos	31	(a)	Nível 2	49.792	49.792	49.792	49.792
Derivativos - <i>zero-cost collar</i>	31	(a)	Nível 3	5.419	5.419	5.419	5.419
<b>Total</b>				<b>143.136</b>	<b>143.136</b>	<b>1.100.729</b>	<b>1.100.729</b>
<b>Passivo</b>							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	-	-	3.310.539	3.313.770
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15 (**)	(a)	Nível 2	307.966	307.966	307.966	307.966
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.619.492	1.610.572	3.639.922	3.637.016
Derivativos	31	(a)	Nível 2	769	769	769	769
<b>Total</b>				<b>1.928.227</b>	<b>1.919.307</b>	<b>7.259.196</b>	<b>7.259.521</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um efeito no resultado e resultado abrangente de ganho de R\$ 466 em 2019 (um ganho de R\$ 9.472 em 2018).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, e (iv) serviços prestados a terceiros.

- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e (vi) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “*zero-cost collar*”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 31 b.1.

#### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo) e, em 2019, derivativo de compra a termo de alumínio sem entrega física.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

No exercício findo em 2019, a Companhia, visando a proteção de compras de insumos para a construção de novos projetos de transmissão, realizou operações com derivativos, através de compras a termo de alumínio para liquidação futura, com o objetivo de reduzir o risco da oscilação de preços para o período de compra de alumínio (puro).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	49.791	(600)	49.191	48.652	540	US\$ + (Libor 3 meses + 1,41%) ou (1,96% a 3,29%)	101,5% a 109,9% do CDI	jun/19 a abr/21	433.170
	<b>49.791</b>	<b>(600)</b>	<b>49.191</b>	<b>48.652</b>	<b>540</b>				
<b>Outros derivativos (2)</b>									
<i>Zero cost collar</i>	5.419	-	5.419	-	5.419	US\$	(nota explicativa 31 b.1)	de jul/18 a set/20	22.174
Termo de Mercadoria (alumínio)	-	(16)	(16)	-	(16)	alumínio (US\$/ton)		jul/20	3.889
NDF - Alumínio	-	(153)	(153)	52	(205)	US\$	Taxa Forward US\$ 4,0595	jul/20	6.296
<b>Total</b>	<b>55.211</b>	<b>(769)</b>	<b>54.442</b>	<b>48.704</b>	<b>5.738</b>				
<b>Circulante</b>	<b>33.919</b>	<b>769</b>							
<b>Não circulante</b>	<b>21.291</b>	<b>-</b>							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

<sup>(2)</sup> Devido às características destes derivativos, o nacional está apresentado em dólar norte-americano.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2017	monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2018
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	(17.129)	144.437	(34.326)	92.982
Para dívidas não designadas a valor justo	17.091	(5.076)	9.533	21.548
Outros ( <i>zero cost collar</i> )	-	11.984	(11.984)	-
Marcação a mercado (*)	47.102	(42.278)	-	4.824
<b>Total</b>	<b>47.064</b>	<b>109.067</b>	<b>(36.777)</b>	<b>119.354</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (marcação a mercado) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 1.642 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 4.945 para as dívidas não designadas a valor justo e (iii) perda de R\$ 35.691 para outros derivativos (*zero cost collar*)

Derivativos	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	92.982	19.682	(64.012)	48.652
Para dívidas não designadas a valor justo	21.548	1.873	(23.421)	-
Outros	-	7.600	(7.548)	52
Marcação a mercado (*)	4.824	914	-	5.738
<b>Total</b>	<b>119.354</b>	<b>30.069</b>	<b>(94.981)</b>	<b>54.442</b>

(\*) Os efeitos no resultado de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 12.660 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 577 para as dívidas não designadas a valor justo e (iii) perda de R\$ 11.169 para outros derivativos.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2018 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2019	2018	2019	2018
Variação de taxas de juros	1.873	(5.076)	-	-
Marcação a mercado	(561)	(4.709)	(23)	(236)
Variação cambial	27.282	156.421	-	-
Marcação a mercado	938	(37.569)	(1.832)	(504)
	<b>29.531</b>	<b>109.067</b>	<b>(1.855)</b>	<b>(740)</b>

#### b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

A Companhia contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário em 2015 estava favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o montante total contratado é de US\$ 22.174, consideradas as opções já liquidadas até esta data. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$ 4,20 a R\$ 4,40 para as *put*

options (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$ 7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimentos do IFRS 9/CPC 48. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

Técnicas de avaliação e informações-chave	Foi utilizado o Modelo de <i>Black Scholes</i> de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
Informações não observáveis significativas	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 13,22%.
Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) aumentaria em R\$ 203, resultando em um ativo líquido de R\$ 5.623.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	52.058	-	52.058
Mensuração a valor justo	(23.707)	-	(23.707)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(11.984)	-	(11.984)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>16.367</b>	-	<b>16.367</b>
Mensuração a valor justo	(3.400)	-	(3.400)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(7.548)	-	(7.548)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.419</b>	-	<b>5.419</b>

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado financeiro do exercício, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

### c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado			Receita (despesa)		
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(307.966)		(6.456)	72.149	150.755
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	309.848		6.496	(72.590)	(151.676)
	<b>1.882</b>	baixa dolar	<b>40</b>	<b>(441)</b>	<b>(921)</b>
<b>Total</b>	<b>1.882</b>		<b>40</b>	<b>(441)</b>	<b>(921)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>40</b>	<b>(441)</b>	<b>(921)</b>
			Receita (despesa)		
Instrumentos	Exposição (US\$ mil)(a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação / Apreciação cambial de 25% (c)	Depreciação / Apreciação cambial de 50% (c)
Derivativos <i>zero-cost collar</i>	22.174 (d)	alta dólar	(682)	(8.989)	(17.296)
Termo de mercadoria (alumínio)	3.889 (d)	baixa alumínio (US\$/ton)	-	(2.891)	(3.852)
NDF - Alumínio	6.296 (d)	baixa dólar	-	(6.255)	(12.511)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2019 foi de R\$ 4,03 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 4,12 e a depreciação cambial de 2,10%, referente ao dólar em 31.12.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(d) Devido às características destes derivativos, o notional está apresentado em dólar norte-americano.

Exceto pelo derivativo *zero-cost collar* em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

## c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Consolidado						
	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa Cenário provável (a)	Cenário provável	Receita (despesa)	
						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.463.915				66.462	83.077	99.693
Instrumentos financeiros passivos	(3.037.866)				(137.919)	(172.399)	(206.879)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(260.657)				(11.834)	(14.792)	(17.751)
	<b>(1.834.608)</b>	alta CDI	5,97%	4,54%	<b>(83.291)</b>	<b>(104.114)</b>	<b>(124.937)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(145.558)				(4.469)	(5.586)	(6.703)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(102.952)				(3.161)	(3.951)	(4.858)
	<b>(248.510)</b>	alta IGP-M	7,30%	3,07%	<b>(7.630)</b>	<b>(9.537)</b>	<b>(11.561)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(3.064.667)				(155.992)	(194.989)	(233.987)
	<b>(3.064.667)</b>	alta TJLP	6,30%	5,09%	<b>(155.992)</b>	<b>(194.989)</b>	<b>(233.987)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(368.859)				(16.857)	(21.071)	(25.285)
	<b>(368.859)</b>	alta IPCA	4,20%	4,57%	<b>(16.857)</b>	<b>(21.071)</b>	<b>(25.285)</b>
<b>Total</b>	<b>(5.516.644)</b>				<b>(263.770)</b>	<b>(329.711)</b>	<b>(395.770)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>					<b>(263.770)</b>	<b>(329.711)</b>	<b>(395.770)</b>

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 34.655.

## d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de Consumidores, concessionárias e permissionárias e instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

### Contas a receber - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada.

É calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”)

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2018 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### **e) Análise de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Consolidado					Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Fornecedores	14	15.954	-	-	-	-	15.954
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	-	11.066	220.959	145.744	-	377.769
Derivativos	31	-	300	922	-	-	1.222
Debêntures - principal e encargos	16	-	4.701	222.093	845.823	714.389	1.787.006
Taxas regulamentares		22.232	-	-	-	-	22.232
Outros	21	35	-	-	-	-	35
Consumidores e concessionárias		28	-	-	-	-	28
FNDCT		7	-	-	-	-	7
<b>Total</b>		<b>38.221</b>	<b>16.067</b>	<b>443.974</b>	<b>991.567</b>	<b>714.389</b>	<b>2.204.218</b>

### **Derivativos**

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

### (32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento para futuro aumento de capital integralizado	-	50.000	-	-
Juros capitalizados	-	-	-	10.591
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	1.366	1.724
Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários	-	-	81	377
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	15.821	1.684
Aumento de Capital com AFACs	-	-	300.000	-
Transferência entre imobilizado e imposto a pagar (não circulante)	-	-	-	751
Transferência entre empréstimos a receber e outros créditos	-	-	81	-
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	-	926	5.650

### (33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia e suas empresas controladas relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

#### Controladas

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Aluguéis	até 6 anos	6.985	15.414	17.071	58.998	98.468
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 29 anos	108.477	230.353	232.972	3.620.461	4.192.263
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 28 anos	14.800	34.549	36.389	228.490	314.228
Projetos de construção de usina	até 4 anos	265.778	215.787	1.105	-	482.670
Fornecedores de materiais e serviços	até 5 anos	2	2	2	-	6
<b>Total</b>		<b>396.042</b>	<b>496.105</b>	<b>287.539</b>	<b>3.907.949</b>	<b>5.087.635</b>

#### Controladas em conjuntos

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Controladas em conjunto				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Projetos de construção	até 5 anos	3.502.439	5.321.975	693.788	-	9.518.202
Recaptação do risco Hidrológico e outros	até 17 anos	33.566	132.856	132.965	396.102	695.489
		<b>3.536.005</b>	<b>5.454.831</b>	<b>826.753</b>	<b>396.102</b>	<b>10.213.691</b>

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

### (34) EVENTO SUBSEQUENTE

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, A CPFL Renováveis captou recurso através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

Modalidade Empresa	Montante liberado	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação dos recursos	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	até março de 2020						
Moeda Estrangeira - Lei 4.131 Dólar							
CPFL Renováveis	120.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%
	<b>120.000</b>						

---

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**KARIN REGINA LUCHESI**  
Presidente

**TIAGO DA COSTA PARREIRA**  
Conselheiro

---

## DIRETORIA

---

**KARIN REGINA LUCHESI**  
Diretora Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro e de RI

**RODOLFO COLI DA CUNHA**  
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

**FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

**FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR**  
Diretor de Operações

---

## CONTABILIDADE

---

**MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES**  
Coordenador de Serviços Contábeis  
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes  
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí  
Edifício Dahruj Tower  
13024-001 - Campinas/SP - Brasil  
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da  
CPFL Geração de Energia S.A.  
Campinas - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.

Veja as notas explicativas 3.11 e 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias da controlada CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros preparados pela controlada com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela controlada relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela controlada na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado e volume e preço de venda de energia e comparamos com dados disponíveis no mercado e com o histórico da própria controlada. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos fiscais diferidos, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas tomadas em conjunto, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

## Provisão para custos de desmobilização de ativos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.

Veja a Nota 3.7 e 19.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A CPFL Energias Renováveis S.A. e suas controladas de geração eólica possuem contratos de arrendamento dos terrenos onde estão instalados os parques eólicos com obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Estimar os custos associados a estas atividades futuras envolve julgamentos significativos em relação a fatores como o montante a ser despendido a título de desmantelamento dos parques eólicos e a taxa de desconto utilizada para calcular o ajuste a valor presente da estimativa. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos gastos futuros, que são a base para o reconhecimento da Provisão para desmobilização de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa e determinação da taxa de desconto, que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Com auxílio de nossos especialistas em risco ambientais, consideramos o plano de provisionamento de desmonte pela Administração da controlada com o auxílio de peritos externos contratados, observando a razoabilidade, coerência e justificativas técnicas para o provisionamento apresentado. Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e a consistência das premissas utilizadas na definição da taxa de desconto utilizada na determinação do valor da Provisão para custos de desmobilização de ativos e avaliamos a adequação da divulgação da Provisão para custos de desmobilização de ativos.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e a divulgação das provisões para desmobilização de ativos, os quais foram ajustados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos da provisão para custos de desmobilização de ativos, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório

da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4



Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 03.953.509/0001-47

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>371.874</b>	<b>508.310</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	87.925	81.913
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	86.266	98.427
Serviços em Curso		43	39
Dividendos	10.1	134.011	172.184
Tributos Compensáveis	7	14.371	24.610
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	33.919	105.824
Outros Ativos Circulantes	9	15.339	25.313
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>4.465.082</b>	<b>4.759.855</b>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	29.703	28.430
Depósitos Judiciais e Cauções	16	822	744
Tributos Diferidos	8	8.429	-
Despesas Pagas Antecipadamente		760	1.559
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	21.291	19.174
Coligadas e controladas		-	407.730
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1	-	300.000
Outros Ativos Não Circulantes	9	134	134
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		4.379.000	3.979.550
Participações Societárias Permanentes	10.1	3.851.983	3.417.698
Propriedade para investimento - Bens de renda	10.2	443.964	468.831
Ágio de Incorporação		83.053	93.020
Imobilizado	11	20.665	18.393
Intangível	11	4.278	4.143
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.836.956</b>	<b>5.268.165</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**CNPJ: 03.953.509/0001-47**  
**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>535.767</b>	<b>1.120.159</b>
Fornecedores	12	15.954	6.880
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13	339.187	891.450
Obrigações Sociais e Trabalhistas		6.298	5.340
Benefício Pós-Emprego	14	3.971	1.350
Tributos	15	91.318	14.928
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		53.937	173.536
Encargos Setoriais		22.339	20.586
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	769	5.644
Outros Passivos Circulantes		1.995	446
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>1.633.078</b>	<b>1.933.831</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13	1.588.271	1.881.545
Benefício Pós-Emprego	14	42.502	19.896
Provisão para Litígios	16	307	12.124
Tributos Diferidos	8	842	18.636
Outros Passivos Não Circulantes		1.155	1.630
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>2.168.845</u></b>	<b><u>3.053.990</u></b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>17</b>		
Capital Social		1.043.922	1.043.922
Reservas de Capital		165.636	240.934
Outros Resultados Abrangentes		(39.847)	(21.699)
Reservas de Lucros		1.557.376	993.747
Lucros ou prejuízos Acumulados		(58.975)	(42.728)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>2.668.111</u></b>	<b><u>2.214.175</u></b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>4.836.956</u></b>	<b><u>5.268.165</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

**CNPJ: 03.953.509/0001-47**

**Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
<b>Receita / Ingresso</b>	18	<b>808.611</b>	<b>757.134</b>
Suprimento de Energia Elétrica		808.086	756.753
Energia Elétrica de Curto Prazo		525	381
<b>Tributos</b>		<b>(77.754)</b>	<b>(72.623)</b>
PIS-PASEP		(13.870)	(12.928)
COFINS		(63.885)	(59.696)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(2.462)</b>	<b>(3.482)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(97)	(70)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(145)	(147)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(2.220)	(3.266)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>728.395</b>	<b>681.028</b>
<b>Gastos Operacionais</b>		<b>(92.953)</b>	<b>(75.548)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	19	(50.619)	(31.712)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	19	(1.208)	(1.060)
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	20	(32.476)	(29.550)
Material		(1.467)	(1.124)
Serviços de Terceiros		(12.902)	(10.253)
Arrendamento e Aluguéis		(446)	(452)
Seguros		(867)	(802)
Doações, Contribuições e Subvenções		(634)	(984)
Provisões		(30)	59
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(19)	(320)
(-) Recuperação de Despesas		-	10
Tributos		(37)	(42)
Depreciação e Amortização		(29.141)	(29.505)
Amortização de ágio		(9.966)	(9.966)
Gastos Diversos		(804)	(764)
Outras Receitas Operacionais		47.904	40.927
Outras Despesas Operacionais		(240)	(11)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>635.443</b>	<b>605.480</b>
<b>Equivalência Patrimonial</b>	10.1.1	490.065	471.951
<b>Resultado Financeiro</b>	21	<b>(126.535)</b>	<b>(211.578)</b>
Receitas Financeiras		32.704	63.426
Despesas Financeiras		(159.240)	(275.004)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>998.973</b>	<b>865.853</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	8	(126.823)	(93.914)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>872.151</b>	<b>771.939</b>
Atribuível aos Acionistas Controladores		872.151	771.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**CNPJ: 03.953.509/0001-47**  
**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em**  
**31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>872.151</b>	<b>771.939</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Previdência Privada – Déficit Atuarial Líquida dos Impostos	(18.148)	(1.162)
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b><u>854.003</u></b>	<b><u>770.777</u></b>
Atribuível aos Acionistas Controladores	854.003	770.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**CNPJ: 03.953.509/0001-47**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em**  
**31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Resultado Abrangente acumulado	Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>1.043.922</b>	<b>239.691</b>	<b>601.365</b>	<b>(20.537)</b>	<b>98.511</b>	<b>(30.673)</b>	<b>1.932.279</b>
<b>Resultado abrangente total</b>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	771.939	771.939
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	(1.162)	-	-	(1.162)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>							
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	592.382	-	-	(592.382)	-
Reversão parcial da reserva de reforço de capital de giro	-	-	(200.000)	-	-	200.000	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>							
Juros sobre capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	(120.513)	(120.513)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Aprovação do Juros sobre capital próprio adicional proposto	-	-	-	-	(98.511)	-	(98.511)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(71.099)	(71.099)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	1.243	-	-	-	-	1.243
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.043.922</b>	<b>240.934</b>	<b>993.747</b>	<b>(21.699)</b>	<b>-</b>	<b>(42.728)</b>	<b>2.214.175</b>
<b>Resultado abrangente total</b>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	872.151	872.151
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	(18.148)	-	-	(18.148)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>							
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	552.098	-	-	(552.098)	-
Reversão parcial da reserva de reforço de capital de giro	-	-	11.531	-	-	(11.531)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>							
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	(186.000)	(186.000)
Juros sobre capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	(138.769)	(138.769)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(75.298)	-	-	-	-	(75.298)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>1.043.922</b>	<b>165.636</b>	<b>1.557.376</b>	<b>(39.847)</b>	<b>-</b>	<b>(58.975)</b>	<b>2.668.111</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**CNPJ: 03.953.509/0001-47**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em**  
**31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>872.151</b>	<b>771.939</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Amortização	11.210	10.998
Depreciação	27.894	28.473
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	(991)	1
Imposto de renda e Contribuição social	126.823	96.520
Juros e variações monetárias	132.796	244.561
Equivalência patrimonial	(490.065)	(471.951)
Obrigações pós-emprego	1.892	1.553
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	19	320
Provisões para litígios	1.181	3.169
	<b>682.911</b>	<b>685.583</b>
<b>Redução (aumento) de ativos</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	10.871	56.211
Depósitos vinculados a litígios	(44)	(140)
Tributos compensáveis	13.884	8.449
Outros ativos operacionais	12.160	2.719
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	386.766	382.255
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Encargos setoriais	1.728	2.981
Fornecedores	9.073	(10.304)
Obrigações pós-emprego	(10.335)	(1.068)
Tributos e contribuição social	(1.588)	(18.149)
Provisões para litígios pagos	(13.487)	(154)
Outros passivos operacionais	2.058	(241)
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>1.093.997</b>	<b>1.108.142</b>
Encargos de dívidas pagos	(151.855)	(220.614)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(80.359)	(58.193)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>861.783</b>	<b>829.335</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aumento de participação societária	(3.882)	(10)
Adições do Intangível	(1.132)	(1.340)
Aquisições de imobilizado	(5.948)	(4.488)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(64.809)	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	-	(445.098)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	423.599	151.657
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento</b>	<b>347.828</b>	<b>(299.278)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos obtidos	13.500	1.782.781
Empréstimos e financiamentos pagos	(888.527)	(2.404.757)
Liquidação de operações com derivativos	94.981	36.777
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(423.553)	(298.511)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento</b>	<b>(1.203.599)</b>	<b>(883.710)</b>
<b>Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.012</b>	<b>(353.653)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
<b>No início do exercício</b>	<b>81.913</b>	<b>435.567</b>
<b>No fim do exercício</b>	<b>87.925</b>	<b>81.913</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Relatório da Administração

## Demonstrações Contábeis Regulatórias

### Introdução

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no **exercício de 2019**, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### Considerações Iniciais

A CPFL Geração atua no segmento de geração de energia elétrica, focada nos grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, além de algumas PCHs e uma termelétrica. A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.131 MW.

Adicionalmente, em 2019, a CPFL Geração é controladora da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis"), que é líder no segmento de energia renovável. Em 31 de dezembro de 2019, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.133 MW de capacidade instalada em operação e 110 MW em construção.

Cabe destacar ainda que o ano de 2019 foi marcado, especialmente, pela conclusão da aquisição, por parte da CPFL Energia, de 46,76% da CPFL Renováveis. Assim, a CPFL Energia passou a deter 99,94% da CPFL Renováveis (46,76% diretamente e 53,18% por meio da CPFL Geração). Em consequência dessa aquisição, foi realizado um processo de integração das atividades administrativas da CPFL Renováveis no modelo organizacional do Grupo CPFL Energia, trazendo ainda mais eficiência às suas operações.

Em 2019, a CPFL Geração cumpriu com sua agenda estratégica e seguiu trabalhando em iniciativas de valor e no seu plano de investimentos, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de suas equipes. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

Neste relatório, os números da CPFL Renováveis não serão considerados por se tratar de autorizações de exploração, e não concessões ou permissões.

### Resultado

Em 31/12/2019, a CPFL Geração detinha **2.131 MW** de potência instalada em operação, dos quais **678 MW** em base de controladora (propriedade integral e compartilhada em consórcio) e **1.454 MW** por meio da participação proporcional nas SPEs, conforme quadro a seguir:

## Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
<b>Integral e Compartilhada</b>	<b>1.295,4</b>	<b>645,0</b>		<b>677,6</b>	<b>336,0</b>		
UHE Macaco Branco	2,4	1,7	100,0%	2,4	1,7	01/01/1911	31/12/2042
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II)	18,1	5,8	100,0%	18,1	5,8	01/01/1925	31/12/2042
UHE Serra da Mesa <sup>1</sup>	1.275,0	637,5	51,5%	657,1	328,6	30/04/1998	30/09/2040
<b>Sociedade de Propósito Específico</b>	<b>3.126,5</b>	<b>1.592,8</b>		<b>1.453,5</b>	<b>735,7</b>		
UHE Barra Grande	690,0	372,8	25,0%	172,5	93,2	01/11/2005	14/05/2036
UHE Campos Novos	880,0	379,7	48,7%	428,7	185,0	03/02/2007	28/05/2035
UHE Monte Claro	130,0	56,1	65,0%	84,5	36,5	29/12/2004	14/03/2036
UHE Castro Alves	130,0	61,8	65,0%	84,5	40,2	04/03/2008	14/03/2036
UHE 14 de Julho	100,0	47,5	65,0%	65,0	30,9	25/12/2008	14/03/2036
UHE Foz do Chapecó	855,0	427,2	51,0%	436,1	217,9	14/10/2010	06/11/2036
UTE Termonordeste (OCB1)	170,8	123,8	53,3%	91,1	66,0	24/12/2010	11/12/2042
UTE Termoparaíba (OCB1)	170,8	123,9	53,3%	91,1	66,1	13/01/2011	06/12/2042
<b>Total</b>	<b>4.421,9</b>	<b>2.237,8</b>		<b>2.131,1</b>	<b>1.071,8</b>		

1) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Geração de Energia S.A. possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.

Cabe destacar que a CPFL Geração também detém 53,18% da CPFL Renováveis. Contudo, e respaldado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na elaboração deste relatório, as informações sobre a CPFL Renováveis não são reportadas<sup>1</sup>.

A Companhia não possui nenhum novo projeto de geração em construção, mas mantém esforços contínuos para manutenção e melhoria das condições operativas do seu parque gerador. Em 2019, a CPFL Geração investiu R\$ 18,2 milhões nos projetos em que possui participação integral ou compartilhada (em 2018 foi investido R\$ 16,9 milhões).

A garantia física na proporção - sem considerar a participação dos projetos em operação - é de **9.388 GWh/ano** para 2019, conforme quadro a seguir:

### Garantia Física

<sup>1</sup> Os empreendimentos da CPFL Renováveis, em sua maioria, operam por meio de autorizações em regime de produção independente de energia elétrica. Somente as empresas Chimay Empreendimentos e Participações Ltda., Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., subsidiárias da CPFL Renováveis, figuram como concessionárias de serviço público e divulgam suas próprias Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Usina - Garantia Física GWh/ano Proporcional	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Controladora</b>							
<b>Integral e Compartilhada</b>	<b>2.943,5</b>	<b>2.943,5</b>	<b>2.951,6</b>	<b>2.943,5</b>	<b>2.943,5</b>	<b>2.943,5</b>	<b>2.951,6</b>
UHE Macaco Branco	14,5	14,5	14,6	14,5	14,5	14,5	14,6
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II)	50,7	50,7	50,9	50,7	50,7	50,7	50,9
UHE Serra da Mesa <sup>1</sup>	2.878,3	2.878,3	2.886,1	2.878,3	2.878,3	2.878,3	2.886,1
<b>Não Controladora</b>							
<b>Sociedade de Propósito Específico</b>	<b>6.444,9</b>	<b>6.444,9</b>	<b>6.462,5</b>	<b>6.444,9</b>	<b>6.444,9</b>	<b>6.444,9</b>	<b>6.462,5</b>
UHE Barra Grande	816,6	816,6	818,9	816,6	816,6	816,6	818,9
UHE Campos Novos	1.620,5	1.620,5	1.625,0	1.620,5	1.620,5	1.620,5	1.625,0
UHE Monte Claro	319,4	319,4	320,3	319,4	319,4	319,4	320,3
UHE Castro Alves	351,9	351,9	352,9	351,9	351,9	351,9	352,9
UHE 14 de Julho	270,5	270,5	271,2	270,5	270,5	270,5	271,2
UHE Foz do Chapecó	1.908,6	1.908,6	1.913,8	1.908,6	1.908,6	1.908,6	1.913,8
UTE Termonordeste (OCB1)	578,5	578,5	580,1	578,5	578,5	578,5	580,1
UTE Termoparaíba (OCB1)	578,9	578,9	580,5	578,9	578,9	578,9	580,5
<b>Consolidado</b>	<b>9.388,4</b>	<b>9.388,4</b>	<b>9.414,1</b>	<b>9.388,4</b>	<b>9.388,4</b>	<b>9.388,4</b>	<b>9.414,1</b>

1) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Geração de Energia S.A. possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.

Em **31/12/2019**, parte considerável da garantia física tinha receita garantida por meio de contratos no ACR (Ambiente de Contratação Regulado), o que reduz o risco das flutuações de preços no mercado de curto prazo.

## Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 1º/jan/2018	Preço no ACR em 1º/jan/2018	Data e índice de reajuste no ACR
<b>Integral e Compartilhada</b>			
UHE Macaco Branco	100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013	RAG anual de R\$ 1.230.086,10	IPCA em 1º/Jul
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II)	100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013	RAG anual de R\$ 5.657.953,68	IPCA em 1º/Jul
UHE Serra da Mesa <sup>1</sup>			
<b>Sociedade de Propósito Específico</b>			
UHE Barra Grande	28,5% ACR com vcto. em 2036 e 2038 e 71,5% no ACL	R\$ 248,29/MWh	IGPM em 08/abr e 23/out
UHE Campos Novos	49,96% ACR com vcto. em 2027 e 50,04% no ACL	R\$ 196,31/MWh	IGPM (59%) e Dólar (41%) em 08/abr e 23/out
UHE Castro Alves			
UHE Monte Claro	81,94% ACR com vcto. em 2027 e 2039 e 18,06% no ACL com vcto. em 2019	R\$ 250,52/MWh	IPCA e IGPM na data de reajuste das distribuidoras.
UHE 14 de Julho			
UHE Foz do Chapecó	100% ACR com vcto. em 2027 e 2041	R\$ 245,97/MWh	IPCA e IGPM na data de reajuste das distribuidoras.
UTE Termonordeste (OCB1)			
UTE Termoparaíba (OCB1)	100% ACR com vcto. em 2024	CVU jan/18 = R\$ 497,09/MWh	Base Platts e Dólar mensalmente

A CPFL Geração de Energia S.A. possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95. Em abril de 2014 foi celebrado o Contrato de Suprimento 12.292, operacionalizando a compra desse montante de energia por FURNAS até 2028.

Nesta seção, destacamos os principais investimentos realizados pela CPFL Geração em base da controladora, onde o principal ativo do portfólio é a Usina Hidroelétrica (UHE) de Serra da Mesa.

### **1) Modernização do sistema de regulação de velocidade (RV) das Unidades Geradoras**

Em decorrência do tempo de operação da UHE Serra da Mesa, que completou 20 anos em 2019, os componentes eletrônicos e digitais dos reguladores de velocidade das três Unidades Geradoras (UGs) encontram-se em final de vida útil e em elevado estado de obsolescência. O regulador de velocidade é um equipamento fundamental para operação das UGs, sendo que falhas nesse equipamento resultam na indisponibilidade do processo de produção da Usina.

Assim sendo, com a modernização, haverá uma redução de despesa com sobressalentes, extensão de vida útil dos componentes e aumento da confiabilidade operacional das UGs, contribuindo positivamente para o Índice de Disponibilidade (ID) da Usina.

Vale observar que também haverá uma compatibilização de tecnologia com os sistemas de proteção e supervisão atualmente disponíveis no mercado.

### **2) Modernização nos transformadores elevadores da UG03 e Reserva**

Em função do tempo de operação (aproximadamente 20 anos), os transformadores elevadores da UHE Serra da Mesa apresentam degradação por envelhecimento em alguns de seus principais componentes.

Assim sendo, foram substituídos por materiais com tecnologia mais moderna, tais como as principais juntas e vedações. O controle de temperatura eletromecânico foi substituído por um sistema digital. Também foi efetuada a regeneração do óleo isolante.

### **3) Modernização da rede de comunicação da Usina**

A UHE Serra da Mesa possui vários equipamentos que necessitam de comunicação via rede para troca de dados com o sistema de Supervisão e Controle, sala de operação e ONS (Operador Nacional do Sistema).

A estrutura do sistema atualmente instalado não suporta os novos protocolos de comunicação e as velocidades de tráfego de dados exigidas pelos componentes atuais e por isso necessita ser ampliada e modernizada. Assim sendo, foram modernizados e reformados todo do sistema de infraestrutura das Redes de Comunicação de Dados Operativa e Corporativa para atender o sistema de proteção, controle, dados e voz da UHE Serra da Mesa.

### **4) Reforma dos compressores de ar de rebaixamento**

A UHE Serra da Mesa possui cinco compressores que tem por função suprir o fornecimento de ar comprimido para o sistema de Ar de Rebaixamento da Usina.

Esse sistema tem a função promover o rebaixamento do nível d'água do tubo de sucção e manter o nível rebaixado durante a operação da Unidade Geradora como compensador síncrono.

Esses compressores foram instalados há 20 anos e estão com aproximadamente vinte e quatro mil horas de operação e por esse motivo necessitaram de uma reforma geral a fim de prolongar a sua vida útil e manter a confiabilidade operativa da Usina.

#### **5) Reforma do barramento de excitação**

Os barramentos de excitação das UGs 01, 02 e 03 da UHE Serra da Mesa estão em operação há mais de 20 anos (desde sua entrada em operação comercial) e por isso seus principais componentes estão desgastados e deteriorados, trazendo riscos para a operação dessas Unidade Geradoras.

Assim sendo, foram modernizados e reformados toda o sistema de isolamento dos barramentos rígidos, blindado e flexíveis AC e DC entre a saída do trafo de excitação e disjuntor de campo, contemplando testes e ensaios.

#### **6) Reforma da bucha reserva dos trafos elevadores 500 kV**

Durante uma inspeção de rotina nos transformadores da UHE Serra da Mesa, foi detectado um vazamento de óleo na bucha H1 do trafo elevador da UG02 – Fase A.

Devido ao vazamento detectado a bucha foi substituída e necessita de uma reforma geral para que novamente retorne as suas condições originais de segurança e confiabilidade operativa.

Essa reforma contempla a substituição das principais componentes da bucha, tais como a parte condensiva, porcelana, vedações, sistemas de isolamento, assim como a realização de ensaios especiais que comprovem a eficácia e qualidade dos serviços realizados.

#### **7) Sistema de injeção para controle da ferrobactéria**

A UHE Serra da Mesa possui um problema crônico de infestação de ferrobactérias na água de seu reservatório, que causa incrustação e entupimento das tubulações e trocadores de calor do sistema de resfriamento da usina, em especial dos radiadores do gerador, colocando em risco disponibilidade da Usina.

Assim sendo, foi instalado um sistema automático para injeção de hipoclorito de cálcio no sistema de tratamento de água de resfriamento da UHE Serra da Mesa para controle da ferrobactéria.

#### **8) Aquisição de inclinômetro digital**

A CPFL Geração adquiriu um novo inclinômetro digital para utilização na barragem da UHE Serra da Mesa.

Esse inclinômetro digital tem a finalidade de possibilitar a leitura de instrumentos da barragem e irá substituir o equipamento usado na Usina que se encontra em final de vida útil.

#### **9) Troca do filtro da ETA**

A UHE Serra da Mesa possui uma ETA – Estação de Tratamento de Água que tem por finalidade o tratamento da água bruta, que é proveniente do lago da Usina e adequá-la as condições requeridas ao consumo humano.

Essa ETA possui, dentre outros equipamentos, uma unidade de filtragem composta por um filtro de areia e antracito, que está há 20 anos em operação e por isso apresenta um elevado estado de corrosão interna e se encontra em final de vida útil.

Assim sendo, foi adquirido um novo filtro de para fornecimento e instalação de um novo filtro de areia e antracito.

## Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2019, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: **(i)** Covenants não Financeiros; e **(ii)** Gestão de ponto corporativo - Gestão de Quadro Próprio (JBZ).

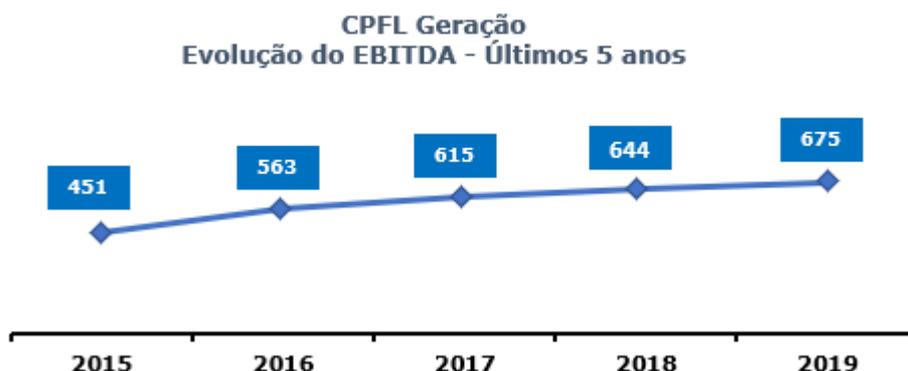
## Desempenho econômico-financeiro

Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as demonstrações contábeis regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2019, a receita operacional líquida da CPFL Geração atingiu **R\$ 728 milhões**, comparado a **R\$ 681 milhões** em 2018, um aumento de **7,0%**.

As despesas operacionais totalizaram **R\$ 93 milhões** em 2019, **23,0% (R\$ 17 milhões)** superior em relação a 2018, com destaque para a Energia Elétrica Comprada para Revenda, que foi de **R\$ 32 milhões**, em 2018, para **R\$ 51 milhões**, em 2019.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de **R\$ 675 milhões**, superior em **4,7%** a 2018, que foi de **R\$ 644 milhões**, conforme gráfico abaixo:



O EBITDA calculado para efeitos regulatórios, não contempla os efeitos do resultado de participações societárias (equivalência patrimonial).

Em 2019, o lucro líquido foi de **R\$ 872 milhões**, um aumento de 13,0% (R\$ 100 milhões) comparado aos **R\$ 772 milhões** registrados em 2018.

**Investimentos:** Em 2019, os investimentos da Companhia (em bases totais, onde consideramos os investimentos realizados pela controladora e a participação proporcional dos investimentos realizados pelas SPEs listadas nas tabelas do relatório) totalizaram **R\$ 18,2 milhões, 7,8%** superior em relação ao realizado em 2018.

**Captações de recursos:** Em 2019, para reforço de capital de giro, a Companhia realizou captação de recursos via Lei 4.131 (R\$ 13,5 milhões).

**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Na AGO de 29 de abril de 2019, foi aprovada a declaração de dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$ 71.099 mil, referente ao exercício de 2018.

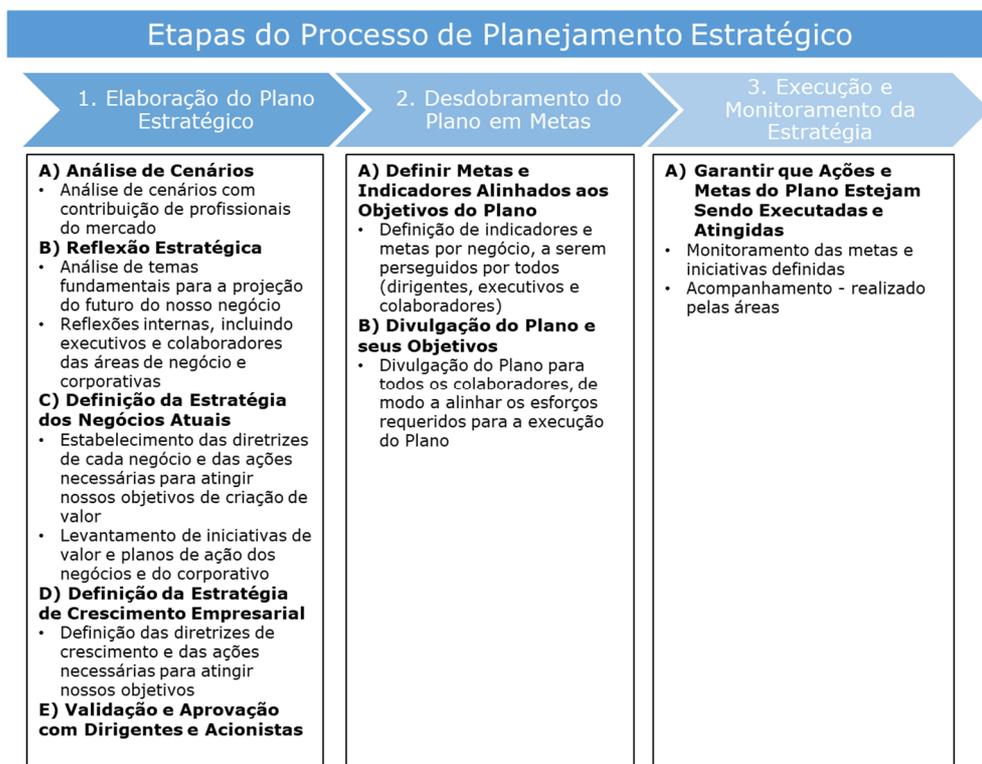
Na AGE de 9 de agosto de 2019, foi aprovado a declaração de juros sobre capital próprio intercalares no montante de R\$ 64.017 mil, líquido de impostos, e dividendos intercalares no montante de R\$ 186.000 mil, a serem imputados aos dividendos mínimo obrigatório do exercício social de 2019.

Na AGE de 31 de dezembro de 2019, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 53.937 mil, líquido de impostos, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2019.

Foram pagos em 2019 o montante de R\$ 423.553 mil referente aos dividendos e juros sobre capital próprio.

**Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da CPFL Geração era de R\$ 1.043.922 mil, composto por 205.492.019.285 (duzentos e cinco bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, dezenove mil, duzentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

**Planejamento empresarial:** Desde 2002, A Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Empresarial e administra a elaboração das estratégias para o grupo CPFL Energia, a aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento nas Vice-Presidências (VPs); incluindo a Vice-Presidência de Operações de Mercado (VPM), que abrange o Negócio Geração. O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

O mapeamento dos direcionadores do macroambiente e das tendências do setor elétrico, do mercado e dos acionistas ocorre a partir da análise de cenários durante a elaboração do Plano, embasados em seminários, fóruns de discussões e palestras que contribuem para a consolidação do diagnóstico desse macroambiente.

A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados do ano anterior e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Posteriormente, o desdobramento do Plano em cada área acontece por meio do envolvimento das equipes de cada diretoria nos planos de ação, e o acompanhamento dos negócios acontece nas reuniões mensais que visam garantir o atingimento dos resultados.



As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Apresentação de vídeo – expondo as principais diretrizes do Plano Estratégico da Empresa;
- Apresentações formais nas áreas – reuniões com grupos de liderança para reforço do Plano;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os *stakeholders* através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Além da análise de cenários, possíveis mudanças de conjuntura que impactem o planejamento estratégico do grupo e dos negócios são acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação.

**Recursos humanos:** Em 2019, a CPFL Geração investiu cerca de R\$ 330 mil em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de multinegócios, inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade CPFL atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades mentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o desenvolvimento. Para isso, são realizadas diferentes ações como: cursos presenciais e online, atividades *on the job*, acompanhamentos, PDIs e palestras, divididos em quatro escolas de ensino: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

Em 2019, **121 colaboradores** foram alcançados pelas atividades da Universidade CPFL (podendo um funcionário participar de mais de um treinamento), o que representa **50,86 horas de treinamento** por colaborador neste período.

**Sustentabilidade:** A CPFL Geração mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia elaborou um Plano de Sustentabilidade abrangendo todos os seus negócios, com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade –, em habilitadores fundamentais para nossa atuação – Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, definindo compromissos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em [www.cpfl.com.br/relatorioanual](http://www.cpfl.com.br/relatorioanual) e [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

## CPFL Geração em números

<b>Mercado</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.</b>	<b>Var. %</b>
Número de usinas em operação	13	13	-	0,0%
Capacidade Instalada (MW)	2131	2.131	-	0,0%

<b>Financeiros</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.</b>	<b>Var. %</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	808.611	757.134	51.477	6,8%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	728.395	681.028	47.367	7,0%
Margem operacional do serviço líquida (%)	87,2%	88,9%	-	-
<b>EBITDA OU LAJIDA</b>	<b>674.550</b>	<b>644.281</b>	<b>30.269</b>	<b>4,7%</b>
<b>Lucro líquido (R\$ mil)</b>	<b>872.151</b>	<b>771.939</b>	<b>100.212</b>	<b>13,0%</b>
Lucro líquido por lote de mil ações	872	772	100	13,0%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	2.668.111	2.214.175	453.936	20,5%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	32,7%	34,9%	-	-

Nota: Os ativos da CPFL Renováveis não foram considerados.

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Geração. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Geração.

Campinas, 27 de abril de 2020.

A Administração

**CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**CNPJ: 03.953.509/0001-47**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária de serviço público e com participação no capital social de outras Companhias. A Companhia detém as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Km 2,5, CEP 13088-900 – Parque São Quirino em Campinas, Estado de São Paulo.

As concessões da CPFL Geração se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios). Estes ativos estão classificados nestas demonstrações contábeis regulatórias como propriedade para investimento – bens de renda.

### **Capital circulante líquido negativo**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 163.893.

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

### **1.1 Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Desde 1995 o governo brasileiro adotou inúmeras medidas para reformar o Setor Elétrico Brasileiro, que culminaram em 15 de março de 2004 na promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que reestruturou o setor de energia elétrica com o objetivo final de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil com tarifas adequadas por meio de processos de leilão competitivos de eletricidade. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- Criação de dois “ambientes” para comercialização de energia elétrica, sendo (i) o mercado regulado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica denominado de Ambiente de Contratação Regulada – ACR; e (ii) um mercado especificamente destinado a certos participantes entre eles consumidores livres e agentes comercializadores, que permita certo grau de competição, denominado Ambiente de Contratação Livre - ACL.

- Restrições a determinadas atividades para as distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a Consumidores Cativos.
- Eliminação do direito à chamada auto contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas.
- Manutenção de contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico inclui entre outras disposições, normas relativas a procedimentos de leilão, a forma elaboração de *Power Purchase Agreement* - PPAs e o método de repasse de custos aos consumidores finais. Nos termos da regulamentação, todas as partes que compram energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica. As partes que venderem energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico, por exemplo, a quantidade de energia vendida na CCEE deve ser previamente comprada no âmbito de PPAs e/ou gerada por usinas do próprio vendedor. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL e CCEE.

A partir de 2005, todo agente gerador, distribuidor, transmissor de energia, produtores independentes de energia, consumidores livres e especiais, deverão notificar ao MME até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos cinco anos subsequentes.

A proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradores hidrelétricos compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Interligado Nacional. De acordo com a legislação brasileira, a cada usina hidrelétrica é atribuída uma Energia Assegurada, determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina, o Mecanismo de Recolocação de Energia – MRE, transfere a energia excedente daqueles que geraram além de sua Energia Assegurada para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da energia assegurada, é precificada por uma tarifa denominada tarifa de energia de otimização, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional deve ser contabilizada mensalmente para cada gerador.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## 1.2 Participações Societárias

A Companhia possui participações nas seguintes sociedades (informações sobre capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes). Estas participações societárias estão registradas nestas demonstrações contábeis regulatórias pelo método de equivalência patrimonial.

### **Controladas pela Companhia:**

#### **CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)**

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

#### **CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)**

A Companhia detém e controla com participação de 53,18%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2019, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 107 empreendimentos de 2.470,6 MW de capacidade instalada (2.132,7 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 41 pequenas centrais hidrelétricas - PCHs (481,1 MW) com 40 PCH's em operação (453,1 MW) e 1 PCH em construção (28 MW);
- Geração de energia eólica: 57 empreendimentos (1.594,1 MW) com 45 projetos em operação (1.308,5 MW) e 12 projetos em construção/desenvolvimento (285,6 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)

#### **CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda (“CPFL Piracicaba”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

#### **CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda (“CPFL Morro Agudo”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

### **CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda (“CPFL Maracanaú”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em julho de 2018 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2 km de extensão.

### **CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda (“CPFL Sul I”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km.

### **CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda (“CPFL Sul II”)**

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV fruto do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros – Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,4 km e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km.

## **Empreendimentos controlados em conjunto**

### **BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)**

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

### **Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)**

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

### **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)**

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoeletricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

### **Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”)**

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

### **2.1 Base de preparação**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas pela ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins Regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e

patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota explicativa 26, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 14 de abril de 2020.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Companhia ([www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)).

## 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 25 de Instrumentos Financeiros e iii) ativo imobilizado e intangível.

## 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Tributos diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10.2 – Propriedade para investimento – bens de renda;
- Nota 11 – Imobilizado e Intangível (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Benefícios Pós-Emprego (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e
- Nota 16 – Provisão para litígios e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

## 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2019 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### 3.1 Propriedade para investimento bens de renda

Compreende os bens originados do ativo imobilizado que estão em posse de terceiro para obtenção de renda. Os bens registrados como bens de renda são depreciados pelas mesmas taxas estabelecidas para o Imobilizado em serviço ou intangível em serviço.

### 3.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 11).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

### 3.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações

monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

### 3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como software e servidão de passagem.

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

### 3.5 Instrumentos financeiros

Em conformidade com o CPC 38, adotado pela ANEEL:

#### a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

- Registrados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

#### b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 25.

### 3.7 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

#### – Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa é ajustado com o valor da perda esperada, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que apesar de não ter sido aceito pela ANEEL, convive de forma harmoniosa com as regras do MCSE, uma vez que no mesmo consta que valores poderão ser provisionados, para casos de débitos relevantes, considerando a experiência dos Administradores da Companhia.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

#### – Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, basicamente Ativo Imobilizado e Intangível sujeitos à depreciação/amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais haja a existência de fluxos de caixa identificáveis. Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio de aquisição, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### 3.8 Investimentos

Os investimentos para as empresas controladas, empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) e coligadas, são mensurados e registrados nestas demonstrações contábeis regulatórias pelo método de equivalência patrimonial. Para os exercícios de 2019 e 2018, os valores de investimento por equivalência registrado na Companhia, oriundo das empresas CPFL Renováveis, CERAN, BAESA, ENERCAN, Chapecoense e EPASA, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por conta da não obrigatoriedade de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias para as concessionárias de geração em regime de produção independente e autorizadas, conforme previsto na Instrução Contábil nº 6.2.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Adicionalmente, conforme nota divulgação pela ANEEL, não há exigência compulsória pela ANEEL para preparação e divulgação de demonstração contábil regulatória consolidada, portanto a Companhia prepara apenas demonstrações contábeis regulatórias individuais.

### 3.9 Novas normas e interpretações vigentes adotadas na Contabilidade Societária e não adotadas na Contabilidade Regulatória

Foram emitidas e/ou revisadas normas pelo CPC, mas que ainda não foram aprovadas pela ANEEL e, portanto, não foram aplicadas a essas demonstrações contábeis regulatórias:

#### a) CPC 47 - Receita de contratos com clientes

Aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituiu o antigo guia de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

De acordo com os requerimentos do pronunciamento, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelece um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

#### b) CPC 48 – Instrumentos financeiros

Aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, a norma CPC 48, estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros passam a ser classificados em três categorias, baseados no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

Em relação ao impairment de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, no lugar do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Isso significa dizer que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Com relação às modificações relacionadas à contabilização de hedge, o CPC 48 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos no CPC 38, mas traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge. Houve a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, a Companhia não aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não houve impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações contábeis regulatórias em função das alterações da norma sobre este tópico.

#### **c) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil**

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

Para os contratos nos quais a Companhia atua como arrendatária, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram considerados imateriais e não foram registrados, portanto, não há diferença de prática.

#### **d) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e constatou que não houve impactos pela adoção da mesma.

### **4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

#### - Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

#### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 25), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo Bancários	2.040	314
Aplicações Financeiras	85.884	81.599
Título de crédito privado (a)	85.884	81.599
<b>Total</b>	<b><u>87.925</u></b>	<b><u>81.913</u></b>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 70.892 (R\$ 128.122 em 31 de dezembro de 2018), (ii) Operações Compromissadas em debêntures no montante de R\$ 14.991 (R\$ 6.119 em 31 de dezembro de 2018) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração equivalente média era de 100,1% do CDI para CDB e 80% do CDI para Operações Compromissadas.

### 6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

#### Composição das Contas a Receber

	Valores Correntes			Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidas			
	Até 60 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Suprimento Energia - Moeda Nacional	86.701	29.703	(435)	115.969	126.857
<b>TOTAL</b>	<b><u>86.701</u></b>	<b><u>29.703</u></b>	<b><u>(435)</u></b>	<b><u>115.969</u></b>	<b><u>126.857</u></b>
			Circulante	<u>86.266</u>	<u>98.427</u>
			Não Circulante	<u>29.703</u>	<u>28.430</u>
				<b><u>115.969</u></b>	<b><u>126.857</u></b>

O saldo do não circulante de R\$ 29.703 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica, que compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de

setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda histórica, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(396)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(27)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(422)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(14)
Recuperação de receita	(5)
Baixa de contas a receber provisionadas	5
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(435)</b>
Circulante	(435)

#### 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.158	7.588
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (*)	10.239	13.037
Programa de integração social - PIS	530	709
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.445	3.273
Outros	-	3
<b>Total</b>	<b>14.371</b>	<b>24.610</b>

(\*) **Imposto de renda retido na fonte – IRRF** - Os saldos referem-se principalmente IRRF sobre aplicações financeiras.

## 8. TRIBUTOS DIFERIDOS

### Composição dos créditos (débitos) fiscais:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(284)	(8.125)
<b>Subtotal</b>	<b>(284)</b>	<b>(8.125)</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Benefício fiscal do ágio incorporado	8.660	12.061
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(789)	(22.571)
<b>Subtotal</b>	<b>7.871</b>	<b>(10.510)</b>
<b>Total</b>	<b><u>7.587</u></b>	<b><u>(18.636)</u></b>
Total crédito fiscal	8.429	-
Total débito fiscal	(842)	(18.636)

### Composição das diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis:

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para litígios	30	83	1.094	3.038
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69	191	67	187
Programas de P&D e eficiência energética	5	14	3	10
Provisão relacionada a pessoal	201	557	197	547
Derivativos	(4.383)	(12.176)	(10.308)	(28.633)
Instrumentos financeiros (CPC)	-	-	(1.287)	(3.574)
Perdas atuariais (CPC)	554	1.538	554	1.538
Depreciação acelerada incentivada	(206)	(572)	(149)	(415)
Outros	114	316	163	454
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais (CPC)	3.334	9.260	1.540	4.277
<b>Total</b>	<b><u>(284)</u></b>	<b><u>(789)</u></b>	<b><u>(8.125)</u></b>	<b><u>(22.571)</u></b>

### Expectativa de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia.

Sua composição é como segue:

**Expectativa de recuperação**

2021	2.701
2022	1.514
2023	1.514
2024	1.347
2025 a 2027	1.347
2028 a 2030	3.954
2031 a 2033	15.139
<b>Total</b>	<b>27.515</b>

**Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:**

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>998.973</b>	<b>998.973</b>	<b>865.853</b>	<b>865.853</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	(490.065)	(490.065)	(471.951)	(471.951)
Amortização de intangível Adquirido	-	579	-	579
Realização correção monetária complementar	2	2	2	2
Juros sobre o capital próprio	(138.769)	(138.769)	(120.513)	(120.513)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(6)	(6)	(18)	(18)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.014	2.605	2.252	2.480
<b>Base de cálculo</b>	<b>372.149</b>	<b>373.319</b>	<b>275.625</b>	<b>276.433</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(33.493)</b>	<b>(93.330)</b>	<b>(24.806)</b>	<b>(69.108)</b>
Corrente	(38.983)	(107.286)	(18.676)	(47.054)
Diferido	5.490	13.956	(6.130)	(22.054)

(\*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Perdas/ (ganhos) atuariais</b>	<b>24.925</b>	<b>24.925</b>	<b>4.179</b>	<b>4.179</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(2.242)</b>	<b>(6.230)</b>	<b>(376)</b>	<b>(1.045)</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	448	1.247	(424)	(1.174)
<b>Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(1.794)</b>	<b>(4.983)</b>	<b>(800)</b>	<b>(2.219)</b>

## 9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	132	62	134	134
Despesas Antecipadas	1.781	1.706	-	-
Adiantamentos a funcionários	187	214	-	-
Indenizações de sinistros	13.628	21.963	-	-
Ordem de Dispêndios a Reembolsar	134	767	-	-
Outros	(523)	601	-	-
<b>Total</b>	<b>15.339</b>	<b>25.313</b>	<b>134</b>	<b>134</b>

## 10. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

### 10.1 - Participações Societárias Permanentes

	31/12/2019	31/12/2018
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.777.694	3.342.234
Mais valia de ativos, líquidos	9.481	10.060
Adiantamento para futuro aumento de capital	64.809	-
<b>Total</b>	<b>3.851.983</b>	<b>3.417.698</b>

### 10.1.1 - Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital - %	31/12/2019			31/12/2019		31/12/2018		2019	2018
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação líquida	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial		
Baesa	99.618.754	25,01	398.381	624.591	2.999	156.185	175.189	750	791		
Enercan	97.831.000	48,72	200.787	426.632	252.941	207.868	175.122	123.240	101.392		
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	747.489	276.370	381.219	378.558	140.949	127.250		
Epasa	150.941.659	53,34	221.413	455.996	158.839	243.245	241.433	84.730	105.343		
CPFL Renováveis	277.251.717	53,18	3.698.060	4.544.434	104.573	2.410.611	2.130.295	55.615	58.268		
Ceran	78.000.000	65,00	120.000	297.523	105.468	193.390	141.975	68.554	64.500		
CPFL Piracicaba	82.585.354	100,00	82.585	73.868	6.628	73.868	67.240	6.628	6.388		
CPFL Morro Agudo	50.010.000	100,00	100.010	106.948	9.131	106.948	97.817	9.131	8.018		
CPFL Maracanaú	10.000	100,00	3.872	4.116	244	4.116	10	244	-		
CPFL Sul I	10.000	100,00	10	90	80	90	-	80	-		
CPFL Sul II	10.000	100,00	10	154	144	154	-	144	-		
						<b>3.777.694</b>	<b>3.407.638</b>	<b>490.065</b>	<b>471.950</b>		

### 10.1.2 - A movimentação dos saldos de investimento no exercício de 2019 é como segue:

Investimentos	Saldo em 31/12/2018	Movimentação em 2019					Saldo em 31/12/2019
		Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Movimentação de capital sem alteração no controle	Dividendo e juros sobre capital próprio		
Baesa	175.188	-	750	-	(19.754)	156.185	
Enercan	175.122	-	123.240	-	(90.494)	207.868	
Chapecoense	378.558	-	140.949	-	(138.288)	381.219	
Epasa	241.433	-	84.730	-	(82.918)	243.245	
CPFL Renováveis	2.130.295	300.000	55.615	(75.298)	-	2.410.612	
Ceran	141.975	-	68.554	-	(17.138)	193.391	
CPFL Piracicaba	67.240	-	6.628	-	-	73.868	
CPFL Morro Agudo	97.817	-	9.131	-	-	106.948	
CPFL Maracanaú	10	3.862	244	-	-	4.116	
CPFL Sul I	-	10	80	-	-	90	
CPFL Sul II	-	10	144	-	-	154	
	<b>3.407.638</b>	<b>303.882</b>	<b>490.065</b>	<b>(75.298)</b>	<b>(348.592)</b>	<b>3.777.694</b>	

### 10.1.3 - Dividendo a receber:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
BAESA	3.504	3
ENERCAN	59.289	65.010
CERAN	22.280	48.567
Chapecoense	37.090	33.733
CPFL Transmissão Piracicaba	11.849	21.255
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	3.616
	<u><b>134.011</b></u>	<u><b>172.184</b></u>

### 10.1.4 - Participação de acionistas não controladores e Controladas em Conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com o CPC 45, é como segue:

### 10.1.5 - Movimentação da participação de acionistas não controladores

	<u>CERAN</u>	<u>CPFL Renováveis</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>86.031</b>	<b>2.058.078</b>	<b>2.144.109</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,40%</b>	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	34.731	62.469	97.200
Dividendos	(44.314)	(8.671)	(52.985)
Outras movimentações	-	817	817
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>76.448</b>	<b>2.112.693</b>	<b>2.189.141</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,40%</b>	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	36.914	53.338	90.252
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle		75.298	75.298
Dividendos	(9.228)	(11.897)	(21.125)
Outras movimentações	-	122	122
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>104.134</b>	<b>2.229.554</b>	<b>2.333.688</b>
<b>Participação acionária e no capital votante</b>	<b>35,00%</b>	<b>48,44%</b>	

### 10.1.6 - Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 dezembro de 2019 e 2018, são como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
<b>Ativo e Passivo</b>				
Ativo circulante	78.836	1.312.372	80.367	1.330.819
Caixa e equivalentes de caixa	33.140	412.579	32.729	876.571
Ativo não circulante	751.546	10.496.351	799.390	10.845.036
Passivo circulante	215.198	1.545.741	246.482	1.396.120
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.128	617.030	106.555	819.993
Outros passivo financeiros	13.256	430.237	13.406	7.670
Passivo não circulante	317.660	5.616.562	414.852	6.528.563
Empréstimos, financiamentos e debêntures	211.051	4.387.676	316.581	4.738.841
Outros passivo financeiros	91.181	-	89.965	-
Patrimônio líquido	297.523	4.646.421	218.423	4.251.172
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	193.389	2.416.867	141.975	2.138.479
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	104.134	2.229.554	76.448	2.112.693
	2019		2018	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
<b>DRE</b>				
Receita operacional líquida	339.041	1.928.011	333.289	1.936.319
Custo e despesa operacional	(102.685)	(724.479)	(95.321)	(727.557)
Depreciação e amortização	(43.033)	(645.722)	(41.378)	(623.106)
Receita de juros	4.821	73.216	6.191	93.079
Despesa de juros	(39.623)	(420.775)	(53.630)	(517.403)
Despesa de imposto sobre a renda	(52.197)	(47.152)	(48.239)	37.276
Lucro (prejuízo) líquido	105.468	107.024	99.230	118.805
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	105.468	96.628	99.230	109.264
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	10.396	-	9.542

### 10.1.7 - Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 dezembro de 2019, e 2018 são como segue:

Ativo e Passivo	31/12/2019				31/12/2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	219.117	66.863	379.359	294.877	208.326	68.956	345.737	327.084
Caixa e equivalentes de caixa	77.290	18.315	240.645	96.130	66.519	17.425	184.002	18.269
Ativo não circulante	982.032	915.379	2.472.085	470.864	1.033.320	966.664	2.604.162	502.618
Passivo circulante	390.817	72.383	451.803	93.512	385.271	50.639	424.635	152.168
Empréstimos, financiamentos e debêntures	133.548	-	138.759	35.660	137.225	-	138.706	34.473
Outros passivo financeiros	7.131	35.944	75.668	1.416	5.869	34.832	74.156	1.346
Passivo não circulante	383.699	285.269	1.652.152	216.233	496.953	284.391	1.782.993	224.933
Empréstimos, financiamentos e debêntures	255.756	-	913.308	115.842	383.358	-	1.045.402	151.964
Outros passivo financeiros	25.513	271.267	731.113	-	26.936	272.079	734.630	-
Patrimônio líquido	426.632	624.591	747.489	455.996	359.422	700.590	742.271	452.601

DRE	2019				2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	650.900	286.378	881.458	560.203	591.875	321.142	863.861	840.005
Custo e despesa operacional	(192.780)	(201.494)	(195.973)	(319.024)	(188.756)	(214.448)	(191.749)	(562.097)
Depreciação e amortização	(49.110)	(50.832)	(124.244)	(34.690)	(50.051)	(50.609)	(117.858)	(34.525)
Receita de juros	5.573	1.850	16.309	3.990	4.793	4.176	15.729	4.258
Despesa de juros	(33.399)	(31.533)	(163.977)	(13.972)	(46.042)	(53.946)	(205.138)	(17.491)
Despesa de imposto sobre a renda	(126.313)	(1.124)	(136.830)	(38.983)	(101.484)	(1.229)	(124.284)	(38.740)
Lucro (prejuízo) líquido	252.941	2.999	276.370	158.839	208.100	3.164	249.510	197.481
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

### 10.1.8 - Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

### 10.1.9 - A composição do Adiantamento para futuro aumento de capital, é como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>		
<b>Coligadas e Controladas - Ativo Não Circulante</b>		
CPFL Renováveis	-	300.000
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>300.000</b>

## 10.2 - Propriedade para Investimento – Bens de Renda

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>4.675</b>	<b>168.000</b>	<b>77.714</b>	<b>241.275</b>	<b>145</b>	<b>491.809</b>
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	486.046	567	958.708
Depreciação acumulada	-	(143.407)	(78.299)	(244.770)	(422)	(466.899)
Depreciação	-	(8.808)	(4.046)	(14.250)	(31)	(27.136)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>4.675</b>	<b>159.192</b>	<b>73.668</b>	<b>231.184</b>	<b>113</b>	<b>468.831</b>
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	490.204	567	962.866
Depreciação acumulada	-	(152.214)	(82.346)	(259.021)	(454)	(494.035)
Depreciação	-	(8.808)	(4.046)	(13.505)	(28)	(26.387)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>4.675</b>	<b>150.384</b>	<b>69.622</b>	<b>219.198</b>	<b>85</b>	<b>443.964</b>
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	491.724	567	964.386
Depreciação acumulada	-	(161.022)	(86.392)	(272.525)	(482)	(520.421)

## 11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (*)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Geração</b>	<b>22.758</b>	-	-	<b>3.929</b>	<b>(3.032)</b>	<b>23.656</b>	<b>3.929</b>	<b>(17.858)</b>	<b>5.798</b>	<b>5.544</b>
Terrenos	324	-	-	-	-	324	-	-	324	324
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.612	-	-	-	-	3.612	-	(3.118)	494	513
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.818	-	-	593	-	3.411	593	(2.469)	942	380
Máquinas e Equipamentos	12.530	-	-	3.111	(3.032)	12.609	3.111	(9.369)	3.240	3.546
Veículos	1.914	-	-	226	-	2.140	226	(1.465)	675	643
Móveis e Utensílios	1.560	-	-	-	-	1.560	-	(1.437)	123	138
<b>Subtotal</b>	<b>22.758</b>	-	-	<b>3.929</b>	<b>(3.032)</b>	<b>23.656</b>	<b>3.929</b>	<b>(17.858)</b>	<b>5.798</b>	<b>5.544</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Geração</b>	<b>12.849</b>	<b>5.948</b>	-	<b>(3.929)</b>	-	<b>14.868</b>	<b>2.019</b>	-	<b>14.868</b>	<b>12.849</b>
Máquinas e Equipamentos	11.283	5.940	-	(3.111)	-	14.112	2.829	-	14.112	11.283
Outros	1.566	8	-	(818)	-	755	(810)	-	755	1.566
<b>Subtotal</b>	<b>12.849</b>	<b>5.948</b>	-	<b>(3.929)</b>	-	<b>14.868</b>	<b>2.019</b>	-	<b>14.868</b>	<b>12.849</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>35.607</b>	<b>5.948</b>	-	-	<b>(3.032)</b>	<b>38.523</b>	<b>5.948</b>	<b>(17.858)</b>	<b>20.665</b>	<b>18.393</b>

(\*) Itens transferidos para Bens de Renda

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>									
Geração	15.624	-	-	1.703	17.573	1.703	(14.589)	2.984	2.308
Softwares	15.624	-	-	1.703	17.573	1.703	(14.589)	2.984	2.308
<b>Subtotal</b>	<b>15.624</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.703</b>	<b>17.573</b>	<b>1.703</b>	<b>(14.589)</b>	<b>2.984</b>	<b>2.308</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>									
Geração	1.865	1.132	-	(1.703)	1.294	(571)	-	1.294	1.865
Softwares	1.865	1.132	-	(1.703)	1.294	(571)	-	1.294	1.865
<b>Subtotal</b>	<b>1.865</b>	<b>1.132</b>	<b>-</b>	<b>(1.703)</b>	<b>1.294</b>	<b>(571)</b>	<b>-</b>	<b>1.294</b>	<b>1.865</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>17.489</b>	<b>1.132</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.867</b>	<b>1.132</b>	<b>(14.589)</b>	<b>4.278</b>	<b>4.173</b>

**Teste de redução ao valor recuperável** - Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2019 e 2018 não houve a necessidade de provisão de recuperação.

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	6	-	6
Máquinas e Equipamentos	2566	3231	143	5940
Veículos	-	2	-	2
<b>Total das Adições</b>	<b>2.566</b>	<b>3.240</b>	<b>143</b>	<b>5.948</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL no 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

**Taxas anuais de depreciação (%)**

<b>Geração</b>	
Equipamento geral	6,25%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	2,86%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina hidráulica	2,50%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	113	109
Suprimento de Energia Elétrica	10.685	3.960
Materiais e serviços	5.156	2.811
<b>Total</b>	<b><u>15.954</u></b>	<b><u>6.880</u></b>

## 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

### 13.1 Abertura de Endividamento:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2021	2022	2023	2024	2025	2026+	Total		
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>1.047</b>	<b>173.580</b>	<b>133.339</b>	<b>307.966</b>												<b>133.339</b>	-	-	-	-	-	-	<b>133.339</b>	
Lei 4131 - Scotiabank	68	13.144	-	13.212	Sim	set-19	Aval/Fiança	US\$	1,96%	27/03/20	Semestral	28/09/20	28/09/20	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lei 4131 - Banco Citibank N.A.	163	161.228	-	161.391	Sim	set-16	Aval/Fiança	US\$ Libor	1,41%	20/03/20	Trimestral	21/09/20	21/09/20	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lei 4131 - Scotiabank	815	-	133.013	133.828	Sim	abr-18	Aval/Fiança	US\$	3,29%	27/04/20	Semestral	26/04/21	26/04/21	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	133.013	-	-	-	-	-	-	-	133.013
Marcação a mercado	-	(791)	326	(466)												326	-	-	-	-	-	-	-	326
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>12.095</b>	<b>152.465</b>	<b>1.454.932</b>	<b>1.619.492</b>												<b>755.224</b>	<b>349.795</b>	<b>349.914</b>	-	-	-	-	-	<b>1.454.932</b>
6ª Emissão - CPGE 16 - CDI	3.305	153.364	-	156.669	Sim	ago-13	Aval/Fiança	CDI	0,75%	21/02/20	Semestral	21/08/20	21/08/20	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9ª Emissão - CPGE 19 - IPCA	605	-	55.743	56.347	Sim	out-16	Aval/Fiança	IPCA	5,48%	19/10/20	Anual	18/10/21	17/10/21	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	55.743	-	-	-	-	-	-	-	55.743
11ª Emissão - CPGE A1 - CDI	4.059	-	700.000	704.059	Sim	jun-18	Aval/Fiança	CDI	105,75%	18/05/20	Semestral	18/05/21	18/05/21	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	700.000	-	-	-	-	-	-	-	700.000
10ª Emissão - CPGE B1 - CDI	4.126	-	700.000	704.126	Sim	jun-18	Aval/Fiança	CDI	107,50%	18/05/20	Semestral	18/05/22	18/05/23	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	350.000	350.000	-	-	-	-	-	700.000
Gastos com emissão de debêntures	-	(899)	(810)	(1.710)												(519)	(205)	(86)	-	-	-	-	-	(810)
<b>Dividas com Fundo de Pensão</b>	<b>-</b>	<b>3.865</b>	<b>42.476</b>	<b>46.340</b>												<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>21.236</b>	<b>42.476</b>	
Reserva Matemática - CESP	-	3.865	42.476	46.340	Sim	abr-19	Recebeíveis	IGP-DI	5,66%	31/10/19	Mensal	31/10/19	31/10/27	Mensal	Price	4.248	4.248	4.248	4.248	4.248	4.248	21.236	42.476	
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>1.047</b>	<b>173.580</b>	<b>133.339</b>	<b>307.966</b>												<b>133.339</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>133.339</b>
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>12.095</b>	<b>152.465</b>	<b>1.454.932</b>	<b>1.619.492</b>												<b>755.224</b>	<b>349.795</b>	<b>349.914</b>	-	-	-	-	-	<b>1.454.932</b>
<b>Fundo de Pensão</b>	<b>-</b>	<b>3.865</b>	<b>42.476</b>	<b>46.340</b>												<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>4.248</b>	<b>21.236</b>	<b>42.476</b>	

### 13.2 Abertura dos Ativos Financeiros

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização	
													2021	Total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>121.844</b>	<b>21.291.452</b>	<b>137.118.564</b>										<b>5.419</b>	<b>5.419</b>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>121.844</b>	<b>21.291.452</b>	<b>137.118.564</b>										<b>5.419</b>	<b>5.419</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	87.925	-	87.924.525											
Opções Zero Cost Collar- Banco Itau	2.387	-	2.387	Sim	Outro, especificar em obs.	0,00%	21/08/20	N.A.	21/08/20	21/08/20	Outro, especificar em obs:	Bullet (final)	2.387	2.387
Opções Zero Cost Collar- Banco Votorantim	1.300	-	1.300	Sim	Outro, especificar em obs.	0,00%	21/08/20	N.A.	21/08/20	21/08/20	Outro, especificar em obs:	Bullet (final)	1.300	1.300
Opções Zero Cost Collar- Banco Santander	867	-	867	Sim	Outro, especificar em obs.	0,00%	21/08/20	N.A.	21/08/20	21/08/20	Outro, especificar em obs:	Bullet (final)	867	867
Opções Zero Cost Collar- Banco Santander	867	-	867	Sim	Outro, especificar em obs.	0,00%	21/08/20	N.A.	21/08/20	21/08/20	Outro, especificar em obs:	Bullet (final)	867	867
Swap - Lei 4131 - Citibank	28.500	-	28.499.852	Sim	CDI	108,75% CD	20/03/20	Trimestral	21/09/20	21/09/20	Outro, especificar em obs:	Outro, especif. no cronograma	-	-
Swap - Lei 4131 - Scotiabank	-	21.291	20.688.768	Sim	CDI	104,85% CD	27/04/20	Semestral	26/04/21	26/04/21	Outro, especificar em obs:	Bullet (final)	-	-

### 13.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos

INSTRUMENTO DERIVATIVOS PASSIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Pon- ta Passiva	R\$ Mil - Valor Contratado	Fair Value R\$ Mil	Atrelado às Dividas?
<b>TOTAL DERIVATIVOS</b>						<b>258.644.900</b>	<b>(769)</b>	
Swap - Lei 4131	Citibank N.A.	20/09/16	21/09/20	USD + 1,41%	108,75% CDI	132.440.000	-	Sim
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	25/04/18	26/04/21	USD + 3,875%	104,85% CDI	112.704.900	-	Sim
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	27/09/19	28/09/20	USD + 2,3052%	103,20% CDI	13.500.000	<b>(600)</b>	Sim
Opções Zero Cost Collar	Banco Itaú	01/10/19	01/04/20	STRIKE USD 5,40	STRIKE USD 4,40	USD 8.229.678,89	-	Não
Opções Zero Cost Collar	Banco Votorantim	01/10/19	01/04/20	STRIKE USD 6,23	STRIKE USD 4,20	USD 8.229.678,89	-	Não
Opções Zero Cost Collar	Banco Santander	01/10/19	01/04/20	STRIKE USD 7,50	STRIKE USD 4,20	USD 5.423.921,61	-	Não
Opções Zero Cost Collar	Banco Santander	01/10/19	01/04/20	STRIKE USD 7,00	STRIKE USD 4,20	USD 5.423.921,61	-	Não
Termo de Mercadoria sem Entrega Física	Bradesco	09/08/19	01/07/20	Média composta pelos preços observados nas datas pactuadas entre as partes do alumínio, divulgados pela LME	Preço a termo alumínio 1.847,500 (Dólar EUA)/ tonelada	USD 3.888.988,00	<b>(16)</b>	Não
NDF	Santander	25/10/19	01/07/20	Dólar da data de	USD 4,0595	USD 6.295.744,13	<b>(153)</b>	Não

### 13.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

	Encargos Circulante e Não Circulante	Principal		31/12/2019	31/12/2018
		Circulante	Não Circulante		
<b>Dívida Bruta</b>	<b>13.142</b>	<b>330.785</b>	<b>1.630.774</b>	<b>1.974.701</b>	<b>2.779.884</b>
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	59.866
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	1.047	173.580	133.339	307.966	841.790
Debêntures	12.095	153.364	1.455.743	1.621.202	1.874.285
Gastos com Captação	-	(899)	(810)	(1.710)	(2.946)
Benefício pós emprego	-	3.971	42.502	46.474	21.245
Derivativos a Pagar	-	769	-	769	5.644
<b>Ativos Financeiros</b>	-	<b>(121.844)</b>	<b>(21.291)</b>	<b>(143.135)</b>	<b>(206.909)</b>
Alta Liquidez	-	(87.925)	-	(87.925)	(81.913)
Derivativos a Receber	-	(33.919)	(21.291)	(55.211)	(124.997)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>13.142</b>	<b>208.941</b>	<b>1.609.482</b>	<b>1.831.566</b>	<b>2.572.974</b>

### 13.5 Empréstimos e financiamentos - movimentação e condições restritivas:

Modalidade	Saldo inicial 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo Final 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
CDI	59.866	-	(58.970)	927	-	(1.824)	-
<b>Total ao custo</b>	<b>59.866</b>	<b>-</b>	<b>(58.970)</b>	<b>927</b>	<b>-</b>	<b>(1.824)</b>	<b>-</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(71)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	851.261	13.500	(583.272)	26.176	30.513	(29.747)	308.431
Marcação a mercado	(9.472)	-	-	9.006	-	-	(466)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>841.789</b>	<b>13.500</b>	<b>(583.272)</b>	<b>35.182</b>	<b>30.513</b>	<b>(29.747)</b>	<b>307.966</b>
<b>Total</b>	<b>901.585</b>	<b>13.500</b>	<b>(642.242)</b>	<b>36.180</b>	<b>30.513</b>	<b>(31.571)</b>	<b>307.966</b>
<b>Circulante</b>	<b>625.417</b>						<b>174.627</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>276.169</b>						<b>133.339</b>

(\*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Saldo inicial 31/12/2017	Captação	Amortizaçã o principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo Final 31/12/2018
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
CDI	630.309	-	(558.551)	11.892	-	(23.783)	59.866
<b>Total ao custo</b>	<b>630.309</b>	<b>-</b>	<b>(558.551)</b>	<b>11.892</b>	<b>-</b>	<b>(23.783)</b>	<b>59.866</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(113)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(71)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	814.778	194.995	(321.888)	38.895	161.423	(36.941)	851.261
Marcação a mercado	(10.311)	-	-	838	-	-	(9.472)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>804.467</b>	<b>194.995</b>	<b>(321.888)</b>	<b>39.733</b>	<b>161.423</b>	<b>(36.941)</b>	<b>841.789</b>
<b>Total</b>	<b>1.434.663</b>	<b>194.995</b>	<b>(880.439)</b>	<b>51.667</b>	<b>161.423</b>	<b>(60.724)</b>	<b>901.585</b>
Circulante	1.290.730						625.417
Não Circulante	143.933						276.169

(\*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

#### Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exige o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

#### Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

### 13.6 Debêntures - movimentação e condições restritivas:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>					
60104 - CDI	1.724.998	(153.318)	105.058	(111.883)	1.564.854
IND_FIN_IPCA - IPCA	149.287	(92.968)	8.428	(8.400)	56.347
<b>Total ao custo</b>	<b>1.874.285</b>	<b>(246.286)</b>	<b>113.486</b>	<b>(120.283)</b>	<b>1.621.202</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	(2.876)	-	1.166	-	(1.710)
<b>CSO - TOTAL</b>	<b>1.871.409</b>	<b>(246.286)</b>	<b>114.652</b>	<b>(120.283)</b>	<b>1.619.492</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>266.033</b>				<b>164.560</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.605.376</b>				<b>1.454.932</b>

(\*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>						
60104 - CDI	1.667.015	1.590.000	(1.524.318)	132.085	(139.785)	1.724.998
IND_FIN_IPCA - IPCA	143.528	-	-	13.836	(8.077)	149.287
<b>Total ao custo</b>	<b>1.810.543</b>	<b>1.590.000</b>	<b>(1.524.318)</b>	<b>145.921</b>	<b>(147.862)</b>	<b>1.874.285</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	(2.484)	(2.214)	-	1.822	-	(2.876)
<b>CSO - TOTAL</b>	<b>1.808.060</b>	<b>1.587.786</b>	<b>(1.524.318)</b>	<b>147.743</b>	<b>(147.862)</b>	<b>1.871.409</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>727.943</b>					<b>266.033</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.080.117</b>					<b>1.605.376</b>

(\*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

#### Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019

## 14. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados cujas características:

### 14.1 Características

Atualmente vigora para os funcionários da Companhia através da FUNCESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 31 de outubro de 1997 plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
  - Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
  - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

### 14.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<b>31/12/2019</b>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	152.254
Valor justo dos ativos do plano	(105.914)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>46.340</b>
	<b>31/12/2018</b>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	119.964
Valor justo dos ativos do plano	(98.836)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>21.128</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<b>Ativo</b>
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2017</b>	<b>(94.379)</b>
Rendimento esperado no ano	(8.634)
Contribuições de patrocinadoras	(1.027)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.230)
Benefícios pagos no ano	9.433
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018</b>	<b>(98.837)</b>
Rendimento esperado no ano	(8.699)
Contribuições de patrocinadoras	(1.604)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(6.426)
Benefícios pagos no ano	9.652
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019</b>	<b>(105.914)</b>

	<b>Passivo</b>
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2017</b>	<b>110.801</b>
Custo do serviço corrente bruto	78
Juros sobre obrigação atuarial	10.109
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	8.409
Benefícios pagos no ano	(9.433)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018</b>	<b>119.964</b>
Custo do serviço corrente bruto	84
Juros sobre obrigação atuarial	10.507
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(165)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	31.516
Benefícios pagos no ano	(9.652)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019</b>	<b>152.254</b>

### 14.3 Movimentação do passivo registrado

As movimentações ocorridas no passivo líquido foram as seguintes:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Passivo atuarial líquido no início do exercício</b>	<b>21.128</b>	<b>16.423</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.892	1.553
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.604)	(1.027)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(165)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	31.516	8.409
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(6.426)	(4.230)
<b>Passivo atuarial líquido no final do exercício</b>	<b>46.340</b>	<b>21.128</b>
Outras contribuições	134	117
<b>Total passivo</b>	<b>46.473</b>	<b>21.246</b>
Circulante	3.971	1.350
Não Circulante	42.502	19.896

#### 14.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2020 estão apresentadas no montante de R\$ 2.481.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<b>Ano de pagamento</b>	
2020	10.728
2021	10.992
2022	10.238
2023	11.494
2024 a 2029	73.016
<b>Total</b>	<b><u>117.468</u></b>

Em 31 de dezembro de 2019, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,7 anos.

#### 14.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2020 e as despesas reconhecidas em 2019 e 2018, são como segue:

	<b>2020</b> <b>estimadas</b>
Custo do serviço	124
Juros sobre obrigações atuariais	10.914
Rendimento esperado dos ativos do plano	(7.563)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b><u>3.475</u></b>
	<b>2019</b> <b>realizadas</b>
Custo do serviço	84
Juros sobre obrigações atuariais	10.507
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.699)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b><u>1.892</u></b>
	<b>2018</b> <b>realizadas</b>
Custo do serviço	78
Juros sobre obrigações atuariais	10.109
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.634)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b><u>1.553</u></b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para ..

#### 14.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, administrados pela FUNCESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2020, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2019.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>RENDA_FI - Renda Fixa</b>	<b>75%</b>	<b>77%</b>
Títulos públicos federais	61%	55%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	3%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%	1%
RENDA_FI4 - Fundos de investimento multimercado	4%	4%
RENDA_FI5 - Outros investimentos de renda fixa	9%	15%
<b>Renda variável</b>	<b>17%</b>	<b>15%</b>
Fundos de investimento em ações	17%	15%
<b>INVEST - Investimentos Estruturados</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>
RENDA_FI4 - Fundos de investimento multimercado	4%	2%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>96%</b>	<b>94%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>0%</b>	<b>1%</b>
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>4%</b>	<b>6%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<b>Meta para 2020</b>
RENDA_FI - Renda Fixa	61,3%
Renda variável	24,9%
Imóveis	3,6%
Empréstimos e financiamentos	1,9%
Investimentos no exterior	8,4%
	<b>100%</b>

A meta de alocação para 2020 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da FUNCESP efetuada ao final de 2019 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2020, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de *déficit* atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos, que dão suporte para a FUNCESP atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefícios.

#### **14.7 Análise de sensibilidade**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixos (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	<u>Aumento (redução)</u>	<u>CPFL Geração</u>
Taxa de desconto nominal(*)	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	4.116 (3.928)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(4.005) 3.993

(\*) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,43% a.a. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,18% a.a. e 7,68% a.a..

(\*\*) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da FUNCESP. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

#### 14.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da FUNCESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

A FUNCESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test")*.

A Política de Investimentos da FUNCESP determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

## 15. TRIBUTOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Programa de integração social - PIS	1.106	978
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.107	4.505
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	56.083	5.927
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	18.818	2.932
IRRF sobre operações financeiras - IOF	9.518	-
Outros	685	586
<b>Total</b>	<b><u>91.318</u></b>	<b><u>14.928</u></b>

## 16. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais e cauções</u>	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais e cauções</u>
<b>Trabalhistas</b>	307	125	270	129
<b>Fiscais</b>	-	697	11.855	615
<b>Total</b>	<b><u>307</u></b>	<b><u>822</u></b>	<b><u>12.124</u></b>	<b><u>744</u></b>

As movimentações da provisão para riscos e depósitos judiciais estão demonstradas a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
Trabalhistas	270	30	(6)	-	13	307
Fiscais	11.855	1.151	-	(13.487)	482	-
<b>Total</b>	<b><u>12.124</u></b>	<b><u>1.181</u></b>	<b><u>(6)</u></b>	<b><u>(13.487)</u></b>	<b><u>495</u></b>	<b><u>307</u></b>

### Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	31/12/2019	31/12/2018	Principais causas
Trabalhistas	383	1.661	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras dentre outros
Cíveis	31.638	28.326	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	1.565.574	1.350.880	Ações de cobrança retroativas de impostos de PIS, COFINS, ISS, CSLL e IRPJ
Regulatórias	223	197	Cobrança de encargo de serviços do sistema - ESS, prevista na Resolução nº 03
<b>Total</b>	<b>1.597.818</b>	<b>1.381.063</b>	

#### (a) Fiscais:

No final de dezembro de 2016 a CPFL Geração recebeu 1 (um) auto de infração no montante total atualizado de R\$ 482.734 (R\$ 414.470 em 31 de dezembro de 2018) relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSÁ Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

#### (b) Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 205.492.020 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

### 17.1 – Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA, apurados através das Demonstrações Financeiras societária.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,65 vezes o EBITDA societário em 2019, no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

### **17.2 – Oferta Pública de Ações**

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da Companhia aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis (“Ações em Circulação”).

### **17.3 - Reserva de capital**

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 165.636, que compreende: i) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA; ii) saldo devedor de R\$ 14.254, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis e iii) saldo devedor de R\$ 565 referente ao pagamento de minoritários. De acordo com o ICPC 09 (R2) e CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

### **17.4 – Reservas de lucros**

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de 1.557.376, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 147.540, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva de Reforço de Capital de Giro R\$ 1.251.984.

### **17.5 – Resultado abrangente acumulado**

O resultado abrangente acumulado é composto pelo saldo devedor de entidade de previdência privada de R\$ 39.847 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o CPC 33 (R2);

### **17.6 – Dividendo**

Na AGO de 29 de abril de 2019, foi aprovada a declaração de dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$ 71.099, referente ao exercício de 2018.

Na AGE de 9 de agosto de 2019, foi aprovado a declaração de juros sobre capital próprio intercalares no montante de R\$ 64.017, líquido de impostos, e dividendos intercalares no montante de R\$ 186.000, a serem imputados aos dividendos mínimo obrigatório do exercício social de 2019.

Na AGE de 31 de dezembro de 2019, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 53.937, líquido de impostos, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2019.

Foram pagos em 2019 o montante de R\$ 423.553 referente aos dividendos e juros sobre capital próprio.

### **17.7 – Destinação do lucro líquido societário do exercício**

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

<b>Lucro líquido societário do exercício</b>	<b>862.726</b>
Realização do resultado abrangente	25.672
<b>Lucro líquido societário - base para destinação</b>	<b>888.398</b>
Reserva Legal	(11.531)
Dividendos intermediários	(186.000)
Juros sobre o capital próprio intermediários	(138.769)
<b>Base para destinação</b>	<b>552.098</b>
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(552.098)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

## 18. RECEITA / INGRESSO

	GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
<b>Suprimento de energia elétrica</b>				
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.875	2.875	578.603	544.342
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	885	878	229.483	212.411
Energia elétrica de curto prazo	2	2	525	381
<b>Total da receita / ingresso</b>	<b>3.762</b>	<b>3.755</b>	<b>808.611</b>	<b>757.134</b>

## 19. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>				
Energia de curto prazo	-	-	-	(43)
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	836	836	55.778	34.992
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(5.159)	(3.237)
<b>Subtotal</b>	<b>836</b>	<b>836</b>	<b>50.619</b>	<b>31.712</b>
<b><u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>				
Encargos de uso do sistema de distribuição			1.331	1.168
Crédito de PIS e COFINS			(123)	(108)
<b>Subtotal</b>			<b>1.208</b>	<b>1.060</b>
<b>Total</b>			<b>51.827</b>	<b>32.772</b>

## 20. PESSOAL E ADMINISTRADORES

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Pessoal</b>		
Remuneração	15.644	14.331
Encargos	4.214	3.901
Previdência privada - Corrente	868	822
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	1.892	1.553
Despesas rescisórias	155	1.302
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2.349	2.213
Outros benefícios - Corrente	2.427	1.942
Outros (a)	334	289
<b>Subtotal</b>	<b>27.883</b>	<b>26.353</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	2.752	1.599
Benefícios dos administradores	1.841	1.599
<b>Subtotal</b>	<b>4.593</b>	<b>3.198</b>
<b>Total</b>	<b>32.476</b>	<b>29.550</b>

(a) Capitalização de despesas com pessoal para ordens de investimentos "ODI"

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

<b>Receitas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Rendas de aplicações financeiras	13.625	32.554
Acréscimos e multas moratórias	9	409
Atualização de créditos fiscais	585	1.526
Atualização de depósitos judiciais	34	33
Atualizações monetárias e cambiais	503	1.221
Juros sobre contratos de mútuo	19.515	17.716
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.595)	(3.073)
Outros	30	13.039
<b>Total</b>	<b>32.704</b>	<b>63.426</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(144.067)	(212.510)
Atualizações monetárias e cambiais	(13.568)	(59.358)
Outros	(1.605)	(3.136)
<b>Total</b>	<b>(159.240)</b>	<b>(275.004)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(126.535)</b>	<b>(211.578)</b>

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos, sendo apurado um ganho no montante de R\$ 29.531 em 2019 (ganho de R\$ 109.067 em 2018), conforme detalhe na nota 25.

## 22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2019 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.2.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- b) **Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- c) **Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto a FUNCESP, oferecido aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 14 – Benefício Pós-Emprego.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008, foi de R\$ 16.751 (R\$ 15.399 em 2018). Este valor é composto por R\$ 14.646 (R\$ 14.583 em de 2018) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 157 (R\$ 85 em 2018) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 1.948 (R\$ 731 em 2018), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

**22.1) Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
Campos Novos Energia S.A.	28.747	65.010	-	-	-	-	-	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	3.501	3	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	37.090	33.733	-	-	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	198	-	-	-	2.240	2.225	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	11	15	-	-	2.148	2.143	-	-
Campos Novos Energia S.A.	5	-	-	-	1.991	1.902	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	-	(1)	-	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	5.954	2.498	-	-	28.219	39.224
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	206	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	5	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	500	550

**22.2) Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	13	-	-	-	-	-	109	64
Companhia Piratininga de Força e Luz	1	-	3	-	-	-	-	-
CPFL Renováveis S.A.	1	-	12	-	-	-	(467)	-
Rio Grande Energia S.A.	-	13	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	1	-	-	-	-	-	(33)	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	4	-	-	-	-	-	(40)	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	5	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Adm Rec Hum Ltda	1	-	-	-	-	-	(2)	-
Nect Serviços Adm Financ Ltda	1	-	-	-	-	-	(2)	-
Nect Serviços Adm Sup Log Ltda	1	-	-	-	-	-	(2)	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	256	285
CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	9	14
<b>Contrato de Mútuo</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	175	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	53.937	173.536	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	1.697	9	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	7	89	-	-	1.247	1.481
Nect Serviços Adm Rec Hum Ltda	-	-	19	-	-	-	58	-
Nect Serviços Adm Financ Ltda	-	-	19	-	-	-	58	-
Nect Serviços Adm Sup Log Ltda	-	-	63	-	-	-	265	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	6	59	-	-	228	621
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	12.644	11.677	32	-	145.837	137.230	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	6.433	6.221	-	-	73.744	67.827	-	-
Companhia Jaguari de Energia	6	5	-	-	67	28	1.327	1.144
Rio Grande Energia S.A.	(*)	23	-	-	-	125	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	43	19	-	-	488	100	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	34	10.911	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	2.100	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	-	472	-	-

## 23. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo imobilizado	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	1.036.364	1.230.736
Automóveis	Cobertura compreensiva	-	554
Responsabilidade civil	Danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros	60.000	60.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	24.155	5.925
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	213.000	206.500
<b>Total</b>		<b>1.333.519</b>	<b>1.503.714</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

## 24. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica.

### Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna e Riscos e *Compliance* é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A exposição relativa à receita da ENERCAN, proporcional a participação detida pela Companhia, está protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 25.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 25.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 25.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

#### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das

transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Mensuração	Nível(*)	31/12/2019	
					Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	87.925	87.925
Derivativos	25	(a)	(2)	Nível 2	49.792	49.792
Derivativos - zero-cost collar	25	(a)	(2)	Nível 3	5.419	5.419
					<b>143.136</b>	<b>143.136</b>
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13 (**)	(a)	(2)	Nível 2	307.966	307.966
Debêntures - principal e encargos	13	(b)	(1)	Nível 2 (***)	1.619.492	1.610.572
Derivativos	25	(a)	(2)	Nível 2	769	769
					<b>1.928.227</b>	<b>1.919.307</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um efeito no resultado e resultado abrangente de ganho de R\$ 466 em 2019

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7

### Legenda

Categoria / Mensuração:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Outros passivos financeiros	(2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) cauções, fundos e depósitos vinculados, e (iii) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e (vi) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis.

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “*zero-cost collar*”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 25 b.1.

#### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo) e, em 2019, derivativo de compra de termo de alumínio sem entrega física.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 13). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	49.791	(600)	49.191	48.652	540	US\$ + (Libor 3 meses + 1,41%) ou (1,96% a 3,29%)	101,5% a 109,9% do CDI	jun/19 a abril/21	433.170
	<b>49.791</b>	<b>(600)</b>	<b>49.191</b>	<b>48.652</b>	<b>540</b>				
<b>Outros derivativos<sup>(2)</sup></b>									
<i>Zero cost collar</i>	5.419	-	5.419	-	5.419	US\$	(nota explicativa 31 b.1)	de jul/18 a set/20	22.174
Termo de Mercadoria (alumínio)	-	(16)	(16)	-	(16)	alumínio (US\$/ton)		jul/20	3.889
NDF - Alumínio	-	(153)	(153)	52	(205)	US\$	Taxa Forward US\$ 4,0595	jul/20	6.296
<b>Total</b>	<b>55.211</b>	<b>(769)</b>	<b>54.442</b>	<b>48.704</b>	<b>5.738</b>				
<b>Circulante</b>	<b>33.919</b>	<b>769</b>							
<b>Não circulante</b>	<b>21.291</b>	<b>-</b>							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide nota 13.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

<sup>(2)</sup> Devido às características destes derivativos o nacional está apresentado em dólar norte-americano.

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2019	2018	2019	2018
	Varição de taxas de juros	1.873	(5.076)	-
Marcação a mercado	(561)	(4.709)	(23)	(236)
Varição cambial	27.282	156.421	-	-
Marcação a mercado	938	(37.569)	(1.832)	(504)
	<b>29.531</b>	<b>109.067</b>	<b>(1.855)</b>	<b>(740)</b>

### b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (*zero-cost collar*)

A Companhia contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário em 2015 estava favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o montante total contratado é de US\$ 22.174, consideradas as opções já liquidadas até esta data. Os preços de exercício das opções de dólar variam

de R\$ 4,20 a R\$ 4,40 para as *put options* (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$ 7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimento do CPC 48. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

<b>Técnicas de avaliação e informações-chave</b>	Foi utilizado o Modelo de <i>Black Scholes</i> de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
<b>Informações não observáveis significativas</b>	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 13,22%.
<b>Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)</b>	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) aumentaria em R\$ 203, resultando em um ativo líquido de R\$ 5.623.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme requerido pelo CPC 46:

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>52.058</b>	-	<b>52.058</b>
Mensuração a valor justo	(23.707)	-	(23.707)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(11.984)	-	(11.984)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>16.367</b>	-	<b>16.367</b>
Mensuração a valor justo	(3.400)	-	(3.400)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(7.548)	-	(7.548)
<b>9Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.419</b>	-	<b>5.419</b>

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado financeiro do exercício, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

### c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos agrupados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(307.966)		(6.456)	72.149	150.755
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	309.848		6.496	(72.590)	(151.676)
	<b>1.882</b>	baixa dólar	<b>40</b>	<b>(441)</b>	<b>(922)</b>
<b>Total</b>	<b>1.882</b>		<b>40</b>	<b>(441)</b>	<b>(922)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>40</b>	<b>(441)</b>	<b>(922)</b>

Instrumentos	Exposição (US\$ mil)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Derivativos zero-cost collar	22.174 (d)	alta dólar	(682)	(8.989)	(17.296)
Termo de mercadoria (alumínio)	3.889 (d)	baixa alumínio (US\$/ton)	-	(2.891)	(3.852)
NDF - Alumínio	6.296 (d)	baixa dólar	-	(6.255)	(12.511)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2019 foi de H\$ 4,03 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 4,12, e a depreciação cambial de 2,10%, referente ao dólar de 31.12.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

(d) Devido às características deste derivativo (zero cost collar) o notional está apresentado em dólar norte-americano.

Exceto pelo derivativo *zero-cost collar* em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

### c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	85.884				(1.228)	(253)	721
Instrumentos financeiros passivos	(1.564.854)				22.377	4.616	(13.145)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(260.657)				3.727	769	(2.190)
	<b>(1.739.627)</b>	alta CDI	<b>6,40%</b>	<b>6,57%</b>	<b>24.876</b>	<b>5.132</b>	<b>(14.614)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(56.347)				(208)	(852)	(1.496)
	<b>(56.347)</b>	alta IPCA	<b>3,69%</b>	<b>3,34%</b>	<b>(208)</b>	<b>(852)</b>	<b>(1.496)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.795.974)</b>				<b>24.668</b>	<b>4.280</b>	<b>(16.110)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>					<b>24.668</b>	<b>4.280</b>	<b>(16.110)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

#### d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de Consumidores, concessionárias e permissionárias e instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

##### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2018 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

##### Contas a receber - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Fornecedores	12	15.954	-	-	-	-	15.954
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13	-	11.066	220.959	145.744	-	377.769
Derivativos	25	-	300	922	-	-	1.222
Debêntures - principal e encargos		-	4.701	222.093	845.822	714.389	1.787.005
Encargos Setoriais		22.232	-	-	-	-	22.232
Consumidores e concessionárias		28	-	-	-	-	28
FNDCT		7	-	-	-	-	7
<b>Total</b>		<b>38.220</b>	<b>16.067</b>	<b>443.974</b>	<b>991.566</b>	<b>714.389</b>	<b>2.204.215</b>

##### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado.



## 26.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2019				2018			
	Regulatório	Reclassificação (a)	Ajustes (b.2)	Societário	Regulatório	Reclassificação (a)	Ajustes (b.2)	Societário
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>808.611</b>	<b>49.966</b>	-	<b>858.577</b>	<b>757.134</b>	<b>42.833</b>	-	<b>799.967</b>
Suprimento de Energia Elétrica	808.086	-	-	808.086	756.753	-	-	756.753
Energia Elétrica de Curto Prazo	525	-	-	525	381	-	-	381
Outras Receitas Vinculadas	-	49.966	-	49.966	-	42.833	-	42.833
<b>Tributos</b>	<b>(77.754)</b>	<b>(2.062)</b>	-	<b>(79.816)</b>	<b>(72.623)</b>	<b>(1.915)</b>	-	<b>(74.539)</b>
PIS-PASEP	(13.870)	(292)	-	(14.162)	(12.928)	(268)	-	(13.196)
COFINS	(63.885)	(1.346)	-	(65.230)	(59.696)	(1.238)	-	(60.934)
ISS	-	(424)	-	(424)	-	(409)	-	(409)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(2.462)</b>	-	-	<b>(2.462)</b>	<b>(3.482)</b>	<b>147</b>	-	<b>(3.335)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(97)	-	-	(97)	(70)	-	-	(70)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(145)	-	-	(145)	(147)	147	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.220)	-	-	(2.220)	(3.266)	-	-	(3.266)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>728.395</b>	<b>47.904</b>	-	<b>776.299</b>	<b>681.028</b>	<b>41.065</b>	-	<b>722.093</b>
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>(92.952)</b>	<b>(47.904)</b>	<b>(35.974)</b>	<b>(176.828)</b>	<b>(75.548)</b>	<b>(41.065)</b>	<b>(35.056)</b>	<b>(151.669)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(50.619)	-	-	(50.619)	(31.712)	-	-	(31.712)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(1.208)	-	-	(1.208)	(1.060)	-	-	(1.060)
Pessoal e Administradores	(30.584)	-	-	(30.584)	(28.016)	19	-	(27.997)
Entidade de providência privada	(1.892)	-	-	(1.892)	(1.553)	-	-	(1.553)
Material	(1.467)	-	-	(1.467)	(1.124)	-	-	(1.124)
Serviços de Terceiros	(12.902)	-	-	(12.902)	(10.253)	-	-	(10.253)
Arrendamento e Aluguéis	(446)	-	-	(446)	(452)	-	-	(452)
Seguros	(867)	-	-	(867)	(802)	-	-	(802)
Doações, Contribuições e Subvenções	(634)	-	-	(634)	(984)	-	-	(984)
Provisões	(49)	-	-	(49)	(242)	-	-	(242)
(-) Recuperação de Despesas	-	-	-	-	10	-	-	10
Tributos	(37)	-	-	(37)	(42)	-	-	(42)
Depreciação e Amortização	(29.141)	-	(35.974)	(65.112)	(29.505)	-	(35.056)	(64.561)
Amortização de Ágio	(9.966)	-	-	(9.966)	(9.966)	-	-	(9.966)
Gastos Diversos	(804)	-	-	(804)	(764)	-	-	(764)
Outras Receitas Operacionais	47.904	(47.904)	-	-	40.927	(40.918)	-	9
Outras Despesas Operacionais	(240)	-	-	(240)	(11)	(166)	-	(177)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>635.443</b>	-	<b>(35.974)</b>	<b>599.471</b>	<b>605.480</b>	-	<b>(35.056)</b>	<b>570.424</b>
<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>490.065</b>	<b>(579)</b>	<b>13.094</b>	<b>502.579</b>	<b>471.951</b>	<b>(579)</b>	<b>12.591</b>	<b>483.962</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(126.535)</b>	<b>579</b>	<b>1.855</b>	<b>(124.101)</b>	<b>(211.578)</b>	<b>579</b>	<b>7.664</b>	<b>(203.334)</b>
Receitas Financeiras	32.704	-	-	32.704	63.426	-	-	63.426
Despesas Financeiras	(159.240)	579	1.855	(156.805)	(275.004)	579	7.664	(266.760)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>998.973</b>	-	<b>(21.025)</b>	<b>977.949</b>	<b>865.853</b>	-	<b>(14.801)</b>	<b>851.052</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(126.823)	-	11.600	(115.223)	(93.914)	-	9.313	(84.600)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>872.151</b>	-	<b>(9.424)</b>	<b>862.726</b>	<b>771.939</b>	-	<b>(5.488)</b>	<b>766.451</b>

### a) Reclassificações no Societário

### b) Diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias. Registro no Societário do Custo Atribuído – Mais Valia

No Societário quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC), para a avaliação dos ativos que integravam os grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível, o modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço de longa data, pela impossibilidade da reconstrução da formação de seu custo ou quando o custo associado a estes ativos não eram relevantes, foi determinado valor de acordo com o seu respectivo valor de reposição (“custo atribuído”) e os valores reavaliados foram apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada.

Os efeitos do custo atribuído aumentaram os valores dos ativos pertencentes aos grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível tendo como contrapartida o Resultado Abrangente no Patrimônio Líquido, sendo este líquido dos efeitos de Tributos Diferidos referente à contribuição social e imposto renda.

### b.1) Efeito do ajuste do custo atribuído no balanço patrimonial

	<b>Ajustes</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Balanço Patrimonial</b>		
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Participações societárias permanentes - Ajustes regulatórios nas transmissoras	60.219	45.196
Participações societárias permanentes - Mais valia reflexa	6.255	8.184
Propriedade para investimento - Mais valia de Bens de Renda	506.774	542.818
Imobilizado - Mais valia	(461)	(531)
Intangível - Mais valia	0,00	0
	<b>572.787</b>	<b>595.668</b>
<b>Tributos Diferidos - Mais Valia - 34%</b>		
Passivo Diferido	172.146	184.378
<b>Patrimônio líquido</b>		
Resultado abrangente - Mais valia	340.422	366.094
Resultado abrangente - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	1.244	2.468
Prejuízos acumulados - Ajustes regulatórios nas transmissoras	60.219	45.196
Prejuízos acumulados - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.244)	(2.468)
	<b>400.641</b>	<b>411.290</b>

### b.2) Efeito dos ajustes do custo atribuído na demonstração do resultado

	<b>Ajustes</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>		
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Depreciação/Amortização - Mais Valia	35.974	35.056
Outras receitas/despesas operacionais	-	-
Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa	1.929	1.932
Equivalência Patrimonial - Ajustes Regulatórios nas Transmissoras	(15.023)	(14.524)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.855)	(7.664)
	<b>21.025</b>	<b>14.801</b>
<b>Tributos Diferidos</b>		
Impostos (IRPJ e CSLL) - Mais Valia - 34%	(12.231)	(11.919)
Impostos (IRPJ e CSLL) - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	631	2.606
<b>Efeito Líquido</b>	<b>9.424</b>	<b>5.488</b>

### A conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório é como segue:

	<b>Conciliação</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	3.068.752	2.625.465
Ajuste do Custo Atribuído - Mais valia, líquido dos efeitos tributários	(340.422)	(366.094)
Ajustes regulatórios nas transmissoras	(60.219)	(45.196)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	2.668.111	2.214.175

**A conciliação do lucro líquido societário e regulatório é como segue:**

	2019	2018
<b>Lucro líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>862.726</b>	<b>766.451</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Ajuste do Custo Atribuído - Mais Valia	23.743	23.137
Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa	1.929	1.932
Equivalência Patrimonial - Ajustes Regulatórios nas Transmissoras	(15.023)	(14.524)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.225)	(5.058)
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>872.151</b>	<b>771.939</b>

## 27. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

<b>Obrigações contratuais em 31/12/2019</b>	<b>Duração</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>1-3 anos</b>	<b>4-5 anos</b>	<b>Total</b>
Aluguéis	até 6 anos	74	94	17	185
Fornecedores de materiais e serviços	até 5 anos	2	2	65	69
<b>Total</b>		<b>74</b>	<b>94</b>	<b>17</b>	<b>185</b>

## 28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Outras transações</b>		
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	-	50.000
Transferência ativo imobilizado para intangível	246	

## 29. Evento Subsequente

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações contábeis regulatórias.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 em seus negócios, em observância às normas contábeis aplicáveis, e para o exercício de 2019, concluiu que se refere a um evento subsequente que não origina ajustes.

Considerando a situação atual da disseminação do surto e imprevisibilidade da evolução do mesmo, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

Adicionalmente, a Companhia está exposta à variação cambial do dólar norte-americano, em função de suas captações de recursos nessas moedas. As captações em moeda estrangeira estão cobertas por operações financeiras de *swap*. A Companhia ainda está exposta às flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, o que também causaria uma redução no investimento da Companhia. Devido à volatilidade recorrente do câmbio e incertezas em relação às taxas de juros e inflação, os possíveis impactos do surto na exposição à variação cambial, e reflexos no investimento da Companhia, não puderam ser estimados.

A Administração da Companhia avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar estes impactos nas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias.

---

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**KARIN REGINA LUCHESI**  
Presidente

**TIAGO DA COSTA PARREIRA**  
Conselheiro

---

## DIRETORIA

---

**KARIN REGINA LUCHESI**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro

**FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

**RODOLFO COLI DA CUNHA**  
Diretor de Gestão de Energia

**FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR**  
Diretor de Operações

---

## CONTABILIDADE

---

**MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES**  
Coordenador de Serviços Contábeis  
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Acionistas da

CPFL Geração de Energia S.A.

Campinas - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da CPFL Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da CPFL Geração de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a CPFL Geração de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos

Veja as notas explicativas 3 e 8 às demonstrações contábeis regulatórias.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações contábeis regulatórias incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias da sua controlada direta CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros com base no julgamento da Controlada e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela controlada relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela controlada na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado e volume e preço de venda de energia e comparamos com dados disponíveis no mercado. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias consideram as informações relevantes.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos fiscais diferidos, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

## Outros assuntos

A CPFL Geração de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 5 de março de 2020.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027612/F



Marcio José dos Santos  
Contador CRC 1SP252906/O-0

<b>TERMO DE RESPONSABILIDADE</b>	<b>TERM OF RESPONSIBILITY</b>
<p>Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.</p> <p>Campinas, 17 de abril de 2020.</p> <p>Concessionária: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.</p>	<p>By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.</p> <p>Campinas, April 17, 2020.</p> <p>Concessionaire: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.</p>

Karin Regina Luchesi  
Diretor Presidente  
CPF: 219.880.918-45

Yuehui Pan  
Diretor Vice-Presidente Financeiro e  
de Relações com Investidores  
CPF: 061.539.517-16

Márcio Célio Porphirio Mendes  
Coordenador de Serviços Contábeis  
CT CRC 1SP251528/O-0  
CPF: 167.396.958-57

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X - fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p><b>CÓDIGO PENAL</b></p> <p>Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p><b>PENAL CODE</b></p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
--	--

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link:  
<https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/DEDE-FA55-C130-A8E6>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

**Código para verificação: DEDE-FA55-C130-A8E6**



### Hash do Documento

916FB3089352CA274FC486896A2A881684C0310C41F4859E0231D2642E64B9B6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2020 é(são) :

**Nome no certificado:** Márcio Célio Porphirio Mendes em 20/04/2020 11:03 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: mporphirio@cpfl.com.br

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Apr 20 2020 11:03:48 GMT-0300 (Hora oficial do Brasil)

**Geolocation** Latitude: -22.8707 Longitude: -47.0359 Accuracy: 6389

**IP** 177.128.175.2

**Assinatura:**

**Hash Evidências:**

F08F6365E2E40E98138785EA103140E976D2D24C5A4EE84E6708239C0B2E47EE

**Nome no certificado:** Yuehui Panem 20/04/2020 12:38 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: panyuehui@cpfl.com.br

**Evidências**

**Client Timestamp** Mon Apr 20 2020 12:38:28 GMT-0300 (Brasilia Standard Time)

**Geolocation** Location not shared by user.

**IP** 177.128.175.2

**Assinatura:**

**Hash Evidências:**

B4400203DA4B8494BF99071989FCEB1D0CE92CD80B9AB7B1C3B875953531ADB3

**Nome no certificado:** Karin Regina Luchesiem 20/04/2020 15:09 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: karin@cpfl.com.br

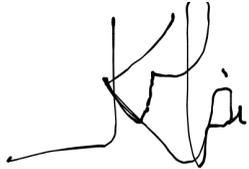
## Evidências

**Client Timestamp** Mon Apr 20 2020 15:08:19 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -22.857803699999998 Longitude: -47.048581 Accuracy: 955

**IP** 189.47.94.58

**Assinatura:**

A handwritten signature in black ink, appearing to be the name 'Kia' or similar, written in a cursive style.

**Hash Evidências:**

05070A9F01A5903B5CBF810C96C6500B4B45911BD03CB665E593E53E31627A54